



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Antropologia – DAN

“Feministas sem saber”: uma etnografia de Coletivos de Mulheres na Universidade de Brasília

Isabela Livingstone dos Santos

Brasília, 2018

Isabela Livingstone dos Santos

**“Feministas sem saber”: uma etnografia de Coletivos de
Mulheres na Universidade de Brasília**

Monografia apresentada ao
Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília como um
dos requisitos para obtenção do grau
de bacharel em Ciências Sociais, com
habilitação em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel
Schroeter Simião

Brasília, 2018

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Antropologia – DAN

**“Feministas sem saber”: uma etnografia de Coletivos de
Mulheres na Universidade de Brasília**

Monografia apresentada ao
Departamento de Antropologia da
Universidade de Brasília como um
dos requisitos para obtenção do grau
de bacharel em Ciências Sociais, com
habilitação em Antropologia.

Isabela Livingstone dos Santos

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Schroeter Simião – Departamento de Antropologia – UnB

Profa. Dra. Giovana Tempesta

Agradecimentos

A escrita deste trabalho não foi fácil. Além do grande desafio acadêmico, tem sido uma prova pessoal também por me fazer continuar acima de todos os meus medos e preocupações. Por isso, o sentimento que tenho de todas as pessoas que estiveram comigo ou passaram por mim durante a escrita deste projeto seria: gratidão.

Aos meus pais, irmão e à minha família, por me apoiarem e me abraçarem nos momentos difíceis.

Às minhas amigas e amigos que me fortaleceram, me revigoraram e me ajudaram a cada conversa trocada.

Às meninas do Coletivo Ipê Rosa e do Coletivo Afetadas – inclusas no último parágrafo também, mas que merecem uma citação específica, por me acolherem de braços abertos.

Ao meu orientador, por me acompanhar e me auxiliar nesse longo processo, além de me acalmar nos momentos necessários.

E por cada palavra de apoio e carinho que recebi ao longo desses semestres. Mesmo a mais simples e tímida foi importante para me firme.

Resumo

O presente trabalho busca explorar as iniciativas recentes de ativismo social por meio de uma etnografia de coletivos de mulheres da Universidade de Brasília. Acompanhei dois coletivos de mulheres de dois diferentes cursos, o Coletivo Ipê Rosa das Ciências Biológicas e o Coletivo Afetadas das Ciências Sociais. Identifiquei as ações, as estruturas, as características, os discursos e os contextos de surgimento de cada grupo, além de analisar a importância das relações estabelecidas entre as integrantes e com outros atores do espaço universitário.

Palavras-chave: coletivos de mulheres; universidade; movimento feminista.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 – Movimentos Sociais Urbanos.....	11
Teoria dos movimentos sociais.....	13
A trajetória do movimento feminista.....	17
O(s) Movimento(s) Feminista(s).....	20
Capítulo 2 – Coletivo Ipê Rosa.....	25
O início.....	25
As Ações, as Percepções e a Estrutura.....	28
As Relações.....	34
Capítulo 3 – O Coletivo Afetadas	40
As Ações.....	41
A Estrutura.....	43
O Projeto.....	45
As Percepções.....	47
As Relações.....	51

Capítulo 4 – Características, interações e atuações dos coletivos de mulheres na Universidade de Brasília.....	53
Indignação.....	53
“Faça você mesmo”	55
A Internet.....	57
Atuação e Transformação.....	58
Feministas sem saber.....	62
Conceitos e categorias dos campos discursivos de ação feminista.....	64
Interseccionalidade.....	64
Empoderamento.....	67
 Considerações finais.....	 70
 Referências Bibliográficas.....	 74

Introdução

Foi durante uma reunião do Coletivo Afetadas que a ideia de estudar coletivos de mulheres me foi apresentada. Estava conversando com uma amiga do Coletivo sobre minhas dificuldades em pensar em um projeto de pesquisa. Ela, que já havia apresentado seu trabalho de conclusão de curso que aborda também o afeto compartilhado dentro de movimentos sociais, me perguntou porque eu não estudava os coletivos de mulheres, afinal, fazia parte de um.

Assim, a sugestão cresceu na minha mente, pois, ao longo dos quatro anos que estive na Universidade de Brasília, coletivos de mulheres se multiplicaram e se fortaleceram. A própria criação da Coordenação dos Direitos das Mulheres na Diretoria da Diversidade em 2016 demonstra como as questões envolvendo as mulheres dentro da Universidade estavam se consolidando e se visibilizando.

Por incrível que pareça, o primeiro grupo que escolhi não foi o meu, mas o Coletivo Ipê Rosa das Ciências Biológicas. Saber que, em um curso fora do espectro das Ciências Sociais e Humanas, um coletivo de mulheres se formou era estimulante. Já a escolha do meu próprio grupo envolveu tanto a facilidade de acesso quanto a instigante ideia de trabalhar com grupos de cursos de ciências diferentes, mas, de certa forma, próximas: a Biologia, que estuda os corpos e seres vivos e as Ciências Sociais, que analisa os corpos e grupos sociais. Eu havia lido o famoso capítulo de Gilberto Velho (1980) sobre observar o familiar, então, era possível. Mas, de fato, não foi fácil. Era um desafio começar a registrar experiências que me eram tão comuns há um ano e estranhar e analisar os encontros com mulheres que, além de companheiras de luta, eram também minhas amigas.

Acerca da bibliografia, não há uma literatura vasta sobre os coletivos de mulheres no espaço universitário. Trata-se de um fenômeno relativamente recente, que se intensificou na última década, provavelmente graças à disseminação do feminismo através das mídias e redes sociais. Assim, busco por meio desta pesquisa explorar esse fenômeno, suas características e sua ligação com o(s) movimento(s) feminista(s) contemporâneo(s). Ao mesmo tempo, procuro compreender as relações estabelecidas entre as integrantes desses grupos e como essas relações afetam suas percepções e subjetividades.

No primeiro capítulo, apresento o contexto histórico de surgimento de movimentos sociais no Brasil e as principais teorias envolvendo movimentos sociais. Em seguida, abordo a trajetória do movimento feminista no Brasil desde a década de 20, as diversas lutas nas quais mulheres se envolviam e toda dinâmica do movimento ao longo dos anos.

Assim, demonstro a intensa pluralização e disseminação de diferentes ideais feministas nas últimas décadas, resultando em múltiplas vertentes e demandas, que disputam espaço e discursos nos campos discursivos de ação, conceito proposto por Alvarez (2014) para englobar a dinamização do movimento feminista. Nesses campos, os coletivos se inserem como estratégias de ação e resistências de mulheres nos espaços públicos.

O segundo e terceiro capítulos retratam minha experiência com os coletivos estudados, o Coletivo Ipê Rosa e o Coletivo Afetadas. Descrevo as histórias de origem desses grupos, as principais ações desenvolvidas pelos coletivos, as percepções que as integrantes possuem de seus grupos e a estrutura específica de cada um, além das relações que estabelecem com outros atores da Universidade. Como o leitor perceberá, falo na primeira pessoa do plural durante minha exposição no terceiro capítulo, pois sou parte do Coletivo e tomei decisões em conjunto com minhas colegas. Além disso, são nesses capítulos que introduzo o termo que dá título a este trabalho e, provavelmente, cause estranheza. O termo se refere à percepção das estudantes que acompanhei sobre sua trajetória. De acordo com elas, adotavam práticas e ideais feministas durante sua adolescência, mesmo não se reconhecendo como feministas. Assim, hoje elas revisitam suas experiências e memórias e se consideram “feministas sem saber” naquela época. De fato, atualmente, se consideram e se reconhecem como feministas.

No último capítulo, apresento uma análise das questões levantadas nos capítulos anteriores, explorando as características dos coletivos, como resultados de processos de indignação e se tornando espaços de compartilhamento de informações e afetos, além de instrumentos de resistência de mulheres universitárias. Também analiso alguns dos principais conceitos que compõem os discursos dessas mulheres.

Espero que, com este trabalho, seja possível compreender um pouco mais sobre as dinâmicas, características e relações desses novos atores dos movimentos sociais, que se

multiplicaram ao longo dos últimos anos; além de incentivar novos estudos envolvendo coletivos de mulheres.

Capítulo I

Movimentos Sociais Urbanos

No Brasil, os movimentos e revoltas em torno de problemáticas sociais e territoriais possuem registros que remetem ao século XIX. As reivindicações que surgem entre as camadas mais pobres e desprovidas de poder são resultados dos conflitos no período do Brasil-Colônia e Império, envolvendo a questão da escravidão; das revoltas contra Legislações e Atos de Poder Público; das cobranças do fisco e das lutas de pequenos camponeses (Gohn, 2003).

De acordo com Gohn (2003), na primeira metade do século XIX, as lutas e mobilizações sociais se tratavam de motins caóticos com projetos pouco delineados. Portanto, não se estabeleciam no poder por muito tempo e eram facilmente massacrados pelas forças da legalidade colonial ou imperial. Além disso, as demandas básicas compreendiam temas como a construção de espaços nacionais no mercado de trabalho e nas legislações.

A partir da segunda metade do século XIX, a questão da escravidão entrou em pauta nas lutas sociais e abordava aspectos da “luta pela cidadania, identidade, liberdade humana, assim como a luta por questões que interferiam no cotidiano dos meios coletivos urbanos, como os transportes” (Gohn, 2003, p. 40).

No século XX, o desenvolvimento do capitalismo, a formação de um proletariado urbano e a crescente industrialização geram problemáticas específicas do período, mas também possibilitam novas formas de luta e resistência, semelhantes às de tempos mais recentes.

O início do século é permeado por revoltas da população reivindicando serviços urbanos, contra o analfabetismo, contra condições de moradia nos cortiços e favelas, além de movimentos messiânicos e de cangaceiros no sertão nordestino do país (Gohn, 2003). Com o passar dos anos, o perfil da classe operária se transforma de imigrantes estrangeiros para migrantes nacionais, vindos do campo para a cidade.

Entre 1945 e 1964, foi um período fértil para formação de lutas e movimentos sociais, considerando a conjuntura de redemocratização do país. Essa conjuntura, aliada a um cenário internacional de desenvolvimento da sociedade de consumo e a política da Guerra Fria entre EUA e URSS, fomenta projetos nacionalistas de desenvolvimento nacional. Brasília é construída, indústrias multinacionais se instalam no país, desenvolvem-se políticas para o setor de energia e os metalúrgicos despontam como novo setor da classe operária no ABCD paulista (Gohn, 2000).

É um momento de mudanças constantes, seguido pela eclosão de centenas de greves. As Ligas Camponesas do Nordeste, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra, o Movimento de Educação de Base, a União Nacional dos Estudantes são exemplos de movimentos que irrompem em um curto espaço de tempo, entre 1960 e 1964, quando o golpe militar interrompe o ciclo de mobilizações e organizações populares (Gohn, 2000).

O início da ditadura militar trata-se de um período morto em relação a manifestações sociais públicas, devido à repressão e à violação de direitos humanos. Os insurgentes lançam mão da luta armada e se mobilizam veladamente. As camadas médias aproveitam do crescimento econômico, com o acesso ao consumo de bens industrializados e os novos empregos gerados pela instalação de multinacionais.

No entanto, esse período conhecido como o “milagre econômico” se desestabiliza com a crise internacional do petróleo em 1974. Então, a partir da década de 70, as articulações contra o regime militar se fortalecem e as manifestações populares “emergem das cinzas” (Gohn, 2000; Cardoso, R., 2008).

De acordo com Andréa Oliveira (1999), nesse contexto histórico, a luta pela regularização dos loteamentos clandestinos, além dos movimentos por creches, foram algumas das primeiras ações que geraram movimentos populares na década de 70. Setores excluídos do sistema político passam a reivindicar igualdade e o direito de ter direitos, buscando questionar a capacidade de representação do povo pelo Poder Público naquele momento e responder a violência institucional do Estado que lhes nega direitos básicos de acesso a serviços e equipamentos públicos.

Entre 1978 e 1979, explodem movimentos pelos transportes, pelo uso da terra, pela saúde nos centros de saúde, dando apoio às greves. Também os setores da educação

se mobilizaram e se organizaram em associações e uniões de trabalhadores do ensino. De acordo com Gohn (2000), os movimentos sociais que surgiram no final dos anos 70 e início dos anos 80 foram capazes de conquistar direitos sociais inscritos em leis, para trabalhadores, mulheres, indígenas, negros, crianças e adolescentes. A própria Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, inovadora para a época, é resultado das intensas mobilizações do período.

Após a redemocratização brasileira, havia grandes expectativas em relação à força e à atuação dos movimentos sociais. Ao contrário do que se esperava, a partir da década de 90, iniciou-se um processo de institucionalização dos movimentos sociais. O impulso dos movimentos em intervir no sistema de decisões arrefeceu, empenhando-se em conseguir o apoio do Estado para suas demandas (Oliveira, A., 1999).

Diante da constante mobilização popular no mundo, estudos acerca dos movimentos sociais despontaram no século XX. Para melhor compreensão das diferentes interpretações das mobilizações populares ao longo dos anos, trataremos brevemente dos principais paradigmas da Questão Urbana.

Teorias dos movimentos sociais

Muitos trabalhos, no início do século XX, lançam mão da abordagem clássica de análise dos movimentos sociais, a marxista. Para Picolotto (2007), estes estudos “centram-se na análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes sociais presentes no processo de produção” (p. 158). Assim, as mudanças são resultados da constante luta de classes, representadas pela burguesia e o proletariado, e os movimentos sociais se tornam instrumentos para o alcance de uma distribuição radical de bens e recursos (Picolotto, apud).

A partir da crítica à abordagem marxista, produz-se uma nova abordagem, o paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Dentre as principais críticas, uma delas questiona se o foco da análise marxista nas estruturas sociais como determinantes da ação humana limitaria a expressão da subjetividade dos indivíduos. Pois, a ênfase nas

estruturas sociais seria capaz de explicar *por que* os movimentos surgem, mas não *como* eles surgem e se mantêm (Gohn, 2000 apud Picolotto, 2007).

Deste modo, no paradigma dos NMS, as classes sociais não são categoria central, sendo o novo sujeito um “coletivo difuso, não hierarquizado, que luta pelos progressos da modernidade, mas críticos a ela” (ibid., p. 160). Destaca-se também o papel da política e das relações macrossociais e culturais nas análises elaboradas.

Deste modo, a partir da década de 70, a aplicabilidade teórica e prática do modelo clássico marxista perdeu-se, dando lugar a novas interpretações. Em especial, autores como Castells e Borja conceberam os movimentos sociais como resultado do surgimento de uma nova forma de conflito social derivada das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo e pela organização coletiva do modo de vida concentrado em cidades, modificadas pela urbanização e industrialização (Nunes, 1978).

Essas contradições se referem ao desenvolvimento paralelo tanto do capitalismo quanto do movimento operário e democrático, provocando o aumento das pressões sociais; assim como envolvem a dupla função contraditória do Estado como investidor e representante das classes dominantes no plano econômico, administrador e gestor do consumo coletivo no plano político (Nunes, 1978). Assim, esses autores examinaram as camadas populares se mobilizarem em um contexto contemporâneo de manifestações urbanas e libertárias, que reivindicavam melhores condições de vida nacionalmente ou em suas vizinhanças (Cardoso, R., 2008; Jacobi, 1980).

Os principais “personagens” das análises se resumem aos movimentos sociais e ao Estado. Nos países latino-americanos, o autoritarismo e ditaduras militares marcaram a segunda metade do século XX, resultando em representações do Estado como um personagem “pobre” e definido como inimigo autoritário.

No Brasil, a ditadura de 1964 contextualizou o surgimento de estudos acerca do populismo, ao buscar compreender os impasses e as derrotas da democracia tal como era praticada. Os estudos trazem à tona o tema da exclusão das classes populares em um período intermediário entre o Estado Novo e o regime militar, possibilitando um “ponto de partida” para interpretar sua nova presença (Cardoso, R., 2008).

Além de inimigo, o Estado enfraquece e se torna mais um ator dentro da rede de atores sociais que compõe as análises das últimas décadas. Para Castells, a globalização impõe limites à soberania do Estado-Nação moderno, perdendo poder diante das novas possibilidades de informação, de comunicação e de produção de conflitos pela determinação das demandas sociais (Picolotto, 2007).

Para além desses autores europeus, é importante enfatizar a produção teórica de latino-americanos acerca das especificidades das lutas e dos movimentos latino-americanos, como Rodolfo Stavenheim, Lúcio Kowarick, Aníbal Quijano (Gohn, 2014). Assim, desde a década de 60, estudiosos latino-americanos, a partir de seus diferentes contextos nacionais, “desenvolveram a abordagem que se consolidou como campo da teoria da colonialidade, o paradigma da colonialidade. Trata-se de uma visão em que o relato da história colonial e das formas de exploração ocorridas na América Latina se faz a partir da versão do colonizado” (ibid., p. 82).

No Brasil, os estudos sobre os movimentos sociais iniciaram na década de 70, mas se intensificaram a partir de 1980. Nesses primeiros dez anos, os estudos tratam do tema como a “emergência heroica dos movimentos”, baseado em ideias fundamentais de espontaneidade, senso de justiça e autonomia dos movimentos. Os movimentos eram vistos, inclusive, como instrumentos políticos novos de participação, pois estabeleciam como novos atores políticos os grupos de minorias. Para esses estudiosos, os movimentos seriam responsáveis por uma mudança na cultura política, com uma postura anti-Estado e antipartido e um repúdio às formas institucionalizadas de fazer política (Cardoso, R., 1994; Oliveira, 1999).

Assim, durante esse período, há uma valorização do método qualitativo dentro das ciências sociais. Ao mesmo tempo, ocorria uma intensa rejeição da “neutralidade científica”, que passou a interferir nos trabalhos científicos. Mas, não somente rejeita-se a neutralidade, como ignoram o princípio do estranhamento e produzem uma ciência social engajada e pouco crítica, com o objetivo de valorizar esses fenômenos novos que eram os movimentos. Entretanto, é importante frisar que tratava-se de um contexto autoritário e de repressão política em que não era possível identificar e aprofundar os agentes políticos que moviam os movimentos, tornando as descrições e análises empobrecidas (Cardoso, R., 1994).

Na década de 80, os estudos se voltaram, especialmente, para os movimentos sociais libertários ou emancipatórios (indígenas, negros, mulheres, entre outras minorias), para as lutas populares urbanas por moradia e equipamentos urbanos (associação de moradores), além do foco nas lutas pela terra, na área rural. Além disso, impera uma nova era de organização dos movimentos sociais na América Latina, os movimentos identitários. Após a implementação da Constituição de 1988, as políticas públicas reforçaram o reconhecimento de direitos sociais associados às mulheres, aos afrodescendentes, aos povos e comunidades tradicionais e às crianças e adolescentes (Gohn, 2014).

Assim, inicia-se a “segunda fase” que, definida por Ruth Cardoso (1994), é demarcada pela institucionalização da participação dos movimentos sociais. Em um contexto de redemocratização, cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos e entre os movimentos e as agências públicas em geral. Nesse período, gera-se uma polêmica entre os estudiosos, que estranham a mudança de postura dos movimentos em relação ao Estado.

Para Gohn (1994 apud Oliveira, 1999), os movimentos sociais nos anos 90 se desmobilizam devido à crise econômica do país, o aumento do desemprego e multiplicação das políticas neoliberais. Mas, para outros, os movimentos possuíam demandas que precisavam ser atendidas e, mesmo com discursos que condenavam e criticavam o Estado, buscava-se o estabelecimento de uma relação com o Estado e agências públicas. Portanto, os movimentos sociais continuam se articulando, mas em torno de problemas e formas de ação diferentes (Carvalho, 1998 apud Oliveira, 1999).

Essa institucionalização se deu por meio da formação de organizações sociais que visavam o desenvolvimento de projetos e programas sociais em parceria com órgãos estatais. Por exemplo, a ONG SOS Mulher, estudada por Pontes (1986), que pretendia “criar e manter um espaço receptivo com as mulheres que sofrem qualquer tipo de violência cotidiana, todos os níveis de agressão; [...] e oferecer às mulheres vítimas o acesso a serviços jurídicos, médicos, psicológicos, etc.” (ibid., p. 106).

Castells (1999, apud Picolotto, 2007) trata dos poderosos movimentos sociais e culturais que compuseram o terceiro grande processo de remodelação da sociedade atual. “Sua importância reside principalmente nos códigos culturais de liberdades individuais que estes produziram e que se expandiram amplamente, [...] se revoltando

contra a injustiça social e por procurarem a liberdade necessária à experimentação pessoal” (ibid., p. 165-166).

Logo, ao contrário dos estudos que estabeleciam os movimentos sociais como essencialmente políticos, cujo principal “inimigo” era o Estado; Castells e outros pensadores que desenvolveram novas interpretações acerca dos movimentos sociais identificaram o caráter cultural dos movimentos, que buscam “mudar a vida e não tomar o poder” (Picolotto, 2007).

A Trajetória do Movimento Feminista

Dentre os principais movimentos sociais, podemos citar o movimento feminista. O movimento feminista no Brasil surge na década de 20, por meio da luta por direitos políticos para as mulheres, na chamada primeira fase do feminismo. Apesar da visibilidade de apenas uma tendência, havia três principais vertentes: o feminismo “bem comportado” que não questiona o papel da mulher na sociedade brasileira, mas luta por direitos políticos; o feminismo difuso, que concentra múltiplas manifestações e já questionam a dominação do homem sobre a mulher e o espaço público; e o feminismo anarquista, que defende a liberação da mulher de forma radical (Pinto, 2003).

A segunda fase do feminismo, a partir de 1960, se apresenta sob um contexto internacional de efervescência política devido ao declínio dos mitos do *american way of life* nos Estados Unidos e do sonho da revolução socialista na Europa. Contrariamente, no Brasil, a instauração do regime militar representa a perda de direitos políticos e individuais essenciais.

Assim, o movimento feminista brasileiro foi marcado pela luta por anistia e contra a ditadura, sendo uma parte expressiva dos grupos feministas articulada a organizações de influência marxista (Pinto, 2003). Sarti (2004) enxerga nas torturas e violências da repressão militar o início do caráter radical do feminismo brasileiro, por este representar uma transgressão não somente através da luta pela democracia, mas pela recusa a assumir o papel atribuído às mulheres naquela época.

Sarti (2004) aborda a relação que o movimento de mulheres manteve com a Igreja Católica, com o objetivo de juntar forças contra a ditadura militar em conjunto com grupos de esquerda, traço que marca a trajetória do feminismo no Brasil. Ao mesmo tempo, o feminismo brasileiro, parte do chamado movimento de mulheres, se expandiu por meio da articulação única das camadas populares e suas organizações de bairros em lutas interclasses, garantindo característica específica frente ao movimento de outros países. Esses movimentos de bairro eram organizados em torno de reivindicações de infraestrutura urbana básica, elementos essenciais na vida cotidiana dessas mulheres. Assim, a participação de mulheres e sua articulação em movimentos de bairro “as retirava do confinamento doméstico, propiciando a emergência de um novo sujeito político, ao questionar a condição da mulher e pôr em discussão a identidade de gênero” (ibid., p. 40).

Deste modo, as mulheres feministas estavam cientes da existência de uma luta específica das mulheres e de outras lutas contra diferentes opressões e por melhores condições de vida, de forma generalizada. Essa percepção leva a dois posicionamentos: de concentrar os esforços na garantia de direitos "primordiais" e de reconhecer dentro do movimento feminista as diferentes desigualdades que afetam as pessoas (Pinto, 2003).

Dentro desse contexto, o movimento recebe críticas de vários lados. Para a direita conservadora, tratava-se de um movimento imoral; para a esquerda, era um reformismo burguês para prejudicar a luta. Para Sarti (2004), o movimento era visto como contrário ao feminino, com caráter antifeminino. No entanto, a autodenominação feminista implicava o reconhecimento de que os problemas que afetam mulheres não seriam solucionados através da conquista de direitos sociais básicos ou pela simples mudança na estrutura social, era preciso tratamento específico.

Em 1975, a abertura política permite a declaração de diversos grupos, antes informais e clandestinos dentro das casas dessas mulheres, como feministas, abrindo espaço para a reivindicação no plano das políticas públicas e para a institucionalização que ocorreu com diversos movimentos sociais na década seguinte. Sarti (2004) relata as duas tendências que influenciaram a atuação feminista a partir da década de 70. A primeira investe nas organizações políticas, atuando no sistema de decisões em relação às questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os

sexos. Essas organizações são os princípios das instituições que atuam em conjunto com o Estado a partir do período da redemocratização dos anos 80. A segunda vertente foca nas relações interpessoais e da subjetividade, buscando atuar por meio de grupos de estudos, de reflexão e de convivência.

É interessante salientar que com o processo de redemocratização na década de 80, as mulheres exiladas retornam ao Brasil trazendo novas ideias impactantes do exterior e, aliadas às mulheres que permaneceram no país, criou-se um novo panorama de ação e articulação. O momento se caracterizava pela criação de espaços de manifestação político-ideológica atendendo a demandas por expressão das várias correntes de pensamento. Inclusive, ideias feministas se espalham na sociedade brasileira e grupos feministas se multiplicam (Pinto, 2003; Sarti, 2004).

Ao mesmo tempo em que há maior disseminação do discurso feminista, os grupos formados contra a opressão feminina enfraquecem, enquanto organizações com atuações específicas fortalecem. A primeira vertente, que surge na década de 70, floresce e muitos grupos se institucionalizam, em especial na forma de organizações não governamentais. Essa institucionalização levou o movimento a trabalhar em questões que atendiam as prioridades de agências financiadoras, como a questão da saúde da mulher e seus direitos reprodutivos (Sarti, 2004).

Assim, o novo panorama do movimento enfrenta, então, certa divisão entre as que defendiam a autonomia e as que defendiam a institucionalização. Esta última era vista como um perigo à autonomia e à luta por transformações profundas de poder, que não poderiam decorrer de uma relação estreita com agências públicas e financiadoras (Pinto, 2003).

Acerca das formas de institucionalização do movimento, a maioria das ONGs, na década de 80, buscava dar apoio às mulheres vítimas de violência e proporcionar espaços de reflexão e de mudança das condições de vida dessas mulheres. Mas, ao longo da realização do trabalho, as militantes se frustravam ao perceber que algumas mulheres retornavam aos seus maridos agressores.

De acordo com Pinto (2003), as ativistas feministas, então, compreenderam que a existência dessas instituições de proteção forneciam novos elementos com os quais essas mulheres poderiam negociar sua relação com os homens que as agrediam. "As

mulheres agredidas não queriam se tornar militantes feministas, queriam apenas não ser mais agredidas" (Pinto, 2003, p. 81). Assim, as ONGs assumem nova forma e passam a profissionalizar o atendimento a essas mulheres.

Nas Universidades, a aproximação entre o feminismo e o âmbito acadêmico foi muito mais fácil do que a chegada do feminismo a camadas populares. Segundo Corrêa (2001), a relação entre militantes e pesquisadoras era um ponto muito tratado em discussões feministas. Essa relação era expressa nas crescentes pesquisas acerca da condição da mulher no Brasil, na produção sobre temáticas relacionadas às mulheres em iniciativas, como a promovida pela Fundação Carlos Chagas, e ao espaço fornecido ao tema pelas associações nacionais das diversas áreas do conhecimento; além da criação de núcleos de estudo sobre a mulher (Pinto, 2003).

Nas últimas décadas, o movimento feminista vem se tornando presente na sociedade brasileira, seja em sua forma institucional, seja por meio de grupos informais. Em alguns momentos, ele se apresenta sem a presença de militantes ou organizações, mas através, por exemplo, da contestação de uma piada discriminatória, como Pinto (2003) denomina o chamado feminismo difuso. Discursos feministas estão se difundindo e podem ser acessados por inúmeras pessoas, especialmente graças à criação de redes de comunicação com as redes sociais.

O(s) Movimento(s) Feminista(s)

A partir de sua trajetória, é possível verificar o caráter maleável e dinâmico do movimento feminista, considerando sua capacidade de se adaptar ao contexto em que se encontra e, inclusive, de absorver demandas à medida que estas são apresentadas como pautas fundamentais. No início, demandando direitos políticos às mulheres para, em seguida, contribuir para a luta contra o regime militar no Brasil.

A revolução das tecnologias da informação, abordada por Castells (apud Picolotto, 2007), remodelou as bases materiais da sociedade; tornando as tecnologias da informação essenciais para a produção de bens e mercadorias, ao exercício do poder e à criação de códigos culturais. Desta forma, a forte difusão e acessibilidade de ideais

feministas possibilitadas pelas tecnologias da informação, em especial, as redes sociais, acentuaram essa capacidade de absorção de lutas e demandas, provocando transformações e conflitos constantes no movimento feminista.

Deste modo, apesar das narrativas retratarem um “feminismo no singular” (Alvarez, 2014), não se trata de um movimento homogêneo e não há exatamente um consenso em relação às demandas e às formas de atuação. Quase podemos chamar de movimentos feministas, no plural, visto a quantidade de nomenclaturas envolvendo diferentes “tipos” de feminismos.

Nesse sentido, Alvarez (2014) utiliza a noção de feminismos como campos discursivos de ação, aglomerados de organizações que

“envolvem uma vasta gama de atores/as individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos [...]. Em diferentes momentos, distinta/os atoras/es ou vertentes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos. E em contextos históricos distintos, diversos atores, como por exemplo, setores da Igreja, as ONGs, ou até espaços dentro do próprio Estado, podem servir como nós articuladores desses campos” (ibid., p. 18).

Desta forma, esse conceito consegue demonstrar o caráter maleável, dinâmico e plural do movimento que, ao longo de sua trajetória, foi palco de compartilhamento e disputas entre pessoas, práticas, ideias e discursos. Os campos discursivos de ação explicam, inclusive, uma característica marcante dos feminismos das últimas décadas: a segmentação de lutas.

Lélia Gonzalez (1988) evidencia as várias contribuições do feminismo, como teoria e prática, para as lutas de mulheres, fomentando a criação de grupos e redes cujo intuito era buscar uma nova forma de ser mulher. Dentre essa contribuição, Gonzalez evidencia o destaque ao caráter político do mundo privado, tornando o que antes era considerado de âmbito privado uma questão aberta ao debate; especialmente, a questão da violência doméstica, considerada assunto entre marido e mulher, além da sexualidade, dos direitos reprodutivos.

No entanto, desde seu surgimento, o feminismo recebe críticas tanto de atores externos, quanto de militantes do movimento. Alvarez (2014) explora esse momento ao demonstrar como o foco na autonomia dos grupos feministas tendia a invisibilizar os espaços e atores diversos que compõem o campo discursivo de ação do movimento feminista. Essas atoras invisibilizadas e alterizadas, como a própria Alvarez denomina, mesmo não sendo consideradas “verdadeiras” feministas, se apropriavam do ideário feminista e, por isso, se tornam parte do campo discursivo de ação.

Dentre essas mulheres alterizadas, encontram-se as mulheres negras, as militantes políticas, as mulheres do movimento LGBT, entre outras. As críticas de militantes negras e de mulheres de classes populares foram as mais intensas, pois, se tratavam de mulheres politizadas que participavam de mobilizações sociais e populares há décadas. Dentro do feminismo, as mulheres negras estiveram presentes desde o início e foram essenciais para as mobilizações populares e feministas, apesar de sofrerem com processos de invisibilidade política.

Silva e Ferreira (2017) questionam onde estão as mulheres negras nas narrativas hegemônicas sobre os movimentos de mulheres e feministas brasileiros, sendo estes apresentados como protagonizados, em sua grande maioria, por mulheres brancas.

É inegável o fato de que, longe de abranger todas as realidades, o feminismo não incluía demandas que abrangessem a vivência negra e de classes populares. Muitas intelectuais negras criticavam e criticam essa falha, além de evidenciar a falta de empatia e solidariedade de feministas brancas dentro do movimento. O feminismo inicial se baseava nas vivências de mulheres específicas enquanto defendia a “Mulher” (uma categoria neutra que representaria todas as mulheres) – sendo este o maior problema.

Assim, as mulheres negras não se sentiam representadas e muito menos acolhidas. De acordo com Gonzalez (1988), dentro dos espaços feministas, ocorria outro tipo de discriminação: a de caráter racial. Não havia referências ou discussões relacionadas à discriminação racial vivida por mulheres negras em seu cotidiano, caracterizando o que Lélia denomina de racismo por omissão. As mulheres brancas, maioria no movimento feminista, se isentavam de sua responsabilidade para com o racismo sofrido pelas mulheres negras, até mesmo praticando-o dentro do movimento. Quando as mulheres

negras denunciavam o racismo sofrido dentro e fora do movimento, eram silenciadas e acusadas de tentar dividir o movimento.

Essas mulheres enfatizavam o fato de que ser contra a discriminação de gênero não garante a alguém o desprendimento de outras discriminações. Do mesmo modo, as mulheres negras sofreram com os obstáculos impostos por seus companheiros de luta no movimento negro. Segundo Santos (2009), as mulheres negras sofriam com os assédios dentro do movimento negro e as tentativas de organizar suas próprias atividades causavam reações negativas dos homens negros, acusadas de estarem criando um movimento separado.

Assim, surge o feminismo negro introduzindo críticas importantes relacionadas ao racismo no interior do movimento feminista, atitude que Carneiro (2003, pp. 118 apud Santos, 2009, p. 277) chama de “enegrecer o feminismo”, além de trazer discussões acerca da misoginia e do machismo para dentro do movimento negro. As mulheres negras reivindicam e destacam pautas atentas para as especificidades de diferentes grupos de mulheres, pois, a resolução da questão de gênero em si não determina a resolução dos problemas de todas as mulheres. Ignorar a “intersecção entre múltiplas estruturas de dominação” (Collins, 2016, pp. 107) que permeia a vida de muitas mulheres é um silenciamento opressivo dessas mulheres para um feminismo que se propõe revolucionário e transformador.

Mas, o feminismo negro é apenas uma das ramificações do movimento feminista, que possui diversas correntes ideológicas, como o transfeminismo, o feminismo radical, o feminismo liberal. É fato que o feminismo e suas vertentes vêm se propagando e ganhando adesão de gerações de mulheres cada vez mais jovens, considerando a multiplicação de coletivos universitários e secundaristas¹ (Ribeiro et al, 2018).

Diante da constante reconstrução do movimento feminista, uma das categorias não contempladas pelas formas de atuação e representação do movimento feminista era a “feminista-jovem”, de acordo com Zanetti (2011). Apesar da participação de militantes jovens desde o início do feminismo, essa categoria só se sobressaiu a partir

¹ Nos últimos anos, o movimento secundarista vem se fortalecendo e ganhando espaço nos movimentos sociais. Em 2015, a mobilização de estudantes secundarista frente à proposta de “reorganização do ensino” do governo de São Paulo foi tamanha que provocou a ocupação de 200 escolas estaduais. Acerca do movimento e coletivos secundaristas, ver tese de Carrano e Botelho (2006); livro de Campos, Medeiros, Ribeiro (2016); dissertação de Dannielly Real (2018); além do documentário *Escolas em Luta*, dirigido por Consonni, Marques e Tambeli (2017).

das últimas décadas com a relevância que questões referentes à questão juvenil e ao exercício de uma cidadania juvenil adquiriram na cena pública do Brasil. Esse cenário possibilita a valorização e o empoderamento de atores jovens dentro dos movimentos sociais (Zanetti, 2011). Além disso, é importante frisar que a juventude e a categoria de “feministas jovens” se reconfigura com o passar dos anos. Ser uma feminista jovem na década de 80 é diferente de ser uma feminista jovem nos anos atuais.

Zanetti (2008) relata sua experiência com o feminismo desde 2000, período no qual percebeu pouca aproximação das jovens militantes do movimento estudantil com o movimento feminista. Porém, o cenário mudou em poucos anos. Vários grupos de jovens feministas se formaram e buscam se organizar nacionalmente através de eventos, como a Articulação Brasileira de Jovens Feministas em 2008.

Os coletivos de mulheres, em conjunto com a criação de núcleos de juventude em instituições feministas e redes nacionais e regionais, se tornam algumas das estratégias utilizadas pelas jovens mulheres no movimento de mulheres e feminista.

No contexto universitário, tem ocorrido, ao longo dos últimos anos, a multiplicação de coletivos de mulheres com o objetivo de atuar politicamente em relação à condição das mulheres, em especial, na universidade.

Grupos de atuação política como esses existem há várias décadas. No entanto, considerando o constante processo de transformação dos feminismos, a revolução proporcionada pelas tecnologias de informação e a atuação intensa de jovens mulheres feministas, esses coletivos de mulheres que florescem em vários locais, mas em especial na universidade, possuem características e dinâmicas próprias ainda pouco exploradas por estudos.

No intuito de conhecer e compreender melhor esse fenômeno, acompanhei e analisei a atuação de dois coletivos que surgiram há alguns anos dentro da Universidade de Brasília em campos de áreas diferentes: Ciências Sociais e nas Ciências Biológicas.

Capítulo II

Coletivo Ipê Rosa

O Início

Quando cheguei para minha primeira reunião com o Coletivo Ipê Rosa, minha colega que ficou de me apresentar ao Coletivo não estava presente ainda. Então, eu apenas observei as meninas que chegaram e se sentaram no gramado do Instituto de Biologia em alguns bancos de madeira pintados de rosa em torno do Ipê plantado em homenagem à Louise. Elas estavam conversando e rindo, enquanto eu me sentia tentada a me juntar a elas. Logo em seguida, Ângela, parceira de militância e com quem eu conversava sobre o Coletivo, chegou e me apresentou às meninas como a “integrante do Coletivo Afetadas que está estudando coletivos”. Eu estava um pouco nervosa por ser minha primeira experiência oficial em campo, mas todas me receberam com sorrisos e frases de boas vindas. Apesar da recepção calorosa, não era um bom momento para elas, pois, alguns dias atrás, havia ocorrido o julgamento de Vinícius Neres, o assassino de Louise Ribeiro.

Para o Coletivo Ipê Rosa, Louise representa o início de tudo, o renascimento em meio à tristeza. Em 2016, Louise Ribeiro foi encontrada próxima à L4, alguns dias após o Dia da Mulher. Na mesma semana, diversas ações e movimentações aconteceram como forma de despertar atenção à violência contra mulheres, em especial dentro da universidade. Louise era uma estudante de Biologia da Universidade de Brasília (UnB) de 20 anos morta pelo ex-namorado, também estudante de Biologia da UnB, Vinícius Neres, dentro de um laboratório do Instituto de Biologia.

O feminicídio² foi devastador para toda Universidade, mas, em especial para as estudantes de Ciências Biológicas. A morte da colega gerou sentimentos de medo e

² O vocabulário feminicídio refere-se ao neologismo da expressão inglesa *feminicide*. Judicialmente, a lei 13.104/2015 promulga o chamado feminicídio, considerado a morte da mulher por razões da condição do sexo feminino e estabelece que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de sexo feminino. Trata-se de

preocupação, despertando sensações de desconforto e indignação em várias delas. Com as estudantes que conversei, todas me relataram a frase que passou por suas cabeças após a morte: “e se fosse eu?”. Muitas se identificaram com a situação e sentiram empatia por uma estudante que poderia ter sido elas. Uma necessidade de falar com outras estudantes sobre esse medo e preocupação iniciou várias rodas de conversas entre as estudantes da Biologia. Segundo Ângela, eram rodas espontâneas e propostas por diferentes estudantes quando cada uma achava necessário. Eram também frequentes, pelo menos uma por mês.

Nessas rodas, as mulheres simplesmente falavam sobre elas. Era um momento exclusivo de mulheres onde partilhavam suas vivências e sentimentos acerca de sua vida e do feminicídio ³de Louise. Ângela, quem me apresentou para o Coletivo, é do 9º semestre e sabe muito acerca do curso antes e depois da morte de Louise. Ela foi específica ao dizer que o curso possuía uma postura oposta à atual. Rivalidade feminina era muito comum, especialmente entre mulheres que ficavam com o mesmo “cara”, além disso, as mulheres não conversavam, “não havia isso de roda de mulheres”. De acordo com Ângela, “os espaços do curso eram sempre onde os homens estavam presentes e essa rivalidade feminina imperava e, geralmente, os caras eram sempre os mais beneficiados dessas relações”. Ela exemplifica ao contar sobre casais que terminam e as mulheres sempre se afastam dos espaços sociais, enquanto os homens passam a frequentá-los ainda mais.

Entretanto, após o que aconteceu com a Louise, muitas pensaram em como “qualquer uma de nós poderia estar passando pelo que a Louise passou e não perceber a gravidade da situação, assim como ela não percebeu”. Deste modo, as rodas de conversas surgem como uma forma das mulheres realmente conversarem entre si e partilharem experiências, porque “nós mulheres precisamos nos reunir, nem que seja para bater um papo, nem que seja para conversar. E depois do que aconteceu com a Louise, muitas histórias começaram a aparecer”.

um termo polêmico por ser novo no Código Penal e cuja definição foi amplamente debatida. Para saber mais ver Campos (2015).

³ É importante frisar que, “com uma taxa de 4,8 assassinatos em 100 mil mulheres, o Brasil está entre os países com maior índice de homicídios femininos: ocupa a quinta posição em um ranking de 83 nações, segundo dados do Mapa da Violência 2015 (Cebela/Flacso). Somente em 2013, foram 4.762 assassinatos de mulheres registrados no Brasil – ou seja, aproximadamente 13 feminicídios diários.” (Instituto, 2015, site).

Assim, o feminicídio de Louise as afetou de tal forma que as estudantes reinterpretaram suas experiências dentro do curso e dentro de seus próprios relacionamentos. Antes, piadas e atitudes machistas dentro do curso e nos relacionamentos eram componentes “normais” das relações, vistas como inconvenientes e ofensivas mas não a ponto de serem reclamadas. Após o feminicídio, as “pequenas” piadas e atitudes machistas passam a ser interpretadas como “violências-base” dentro de um espectro de violências maior, inclusive agressões físicas foram ressignificadas de modo a serem vistas como violentas e inconcebíveis. Cada piada e atitude machista adquire, então, um teor de insulto moral à dignidade das mulheres estudantes de Biologia.

Em uma das reuniões do Coletivo, uma das amigas da Louise expressou sua exasperação frente às piadas e comentários machistas dentro de seu grupo de amigos, que eram também amigos da Louise. Ela tentava lhes mostrar que atitudes extremas, como o feminicídio, tinham base em piadas e atitudes machistas. Para ela, era um absurdo o fato de pessoas que eram amigas da Louise reproduzirem falas que são a base da violência que a matou. Logo, frases e comentários que antes não a incomodavam se tornam extremamente ofensivas e violentas.

Aliadas a esse fato, há a falta de espaço para esse compartilhamento e reclamação. Não havia um sentimento de união entre as mulheres do curso que, portanto, não se relacionavam de forma coesa como um grande grupo. Somente quando uma quantidade significativa de mulheres passa a se encontrar e conversar, dando novos significados às suas experiências, é possível se articular e demandar transformações.

Um bom exemplo é a pintura do Centro Acadêmico de Biologia (CABIO). De acordo com Ângela, o espaço era recheado de desenhos de “pintos”. As meninas se juntaram e reclamaram à Gestão do CABIO sobre os desenhos gerando uma grande discussão em que “os homens falavam que era liberdade de expressão e as mulheres diziam ‘velho, tem pinto na parede. Que opressor, parece um aviso de que estamos em todos os lugares’”. A questão só se resolveu quando uma estudante fez um apelo intenso aos membros da Gestão para mostrar que os desenhos eram violentos. Assim como as frases e comentários, desenhos que faziam parte do cotidiano adquirem, então, um teor ofensivo e degradante.

As Ações, as Percepções e a Estrutura

A partir de um crime violento, cresce a inquietação e indignação das estudantes da Biologia que resultam no Coletivo Ipê Rosa. O nome é em homenagem à Louise, a árvore favorita dela. A memória de Louise está sempre presente nas ações do Coletivo. Todo ano, as estudantes pintam o Centro Acadêmico com frases e imagens que relembram Louise.

Retomar essa memória da estudante é basilar para a atuação do Coletivo. Para Ângela, “não podemos esquecer isso, porque a gente precisa estabelecer caminhos para que as mulheres consigam se formar sem sofrer danos psicológicos, sem assédio e violência sexual porque as mulheres têm sido violentadas, assediadas e precisam se esconder, enquanto a Universidade não tem uma estrutura para lidar com isso”.

Por se tratar de um coletivo composto de estudantes que atuam de forma voluntária, as ações promovidas pelo Coletivo são pontuais. Gaia, uma das meninas que me contou sobre o Coletivo, descreveu as ações do Coletivo como paliativas e emergenciais, atuando em situações que já se encontram problemáticas e com mulheres que já foram violentadas. Portanto, o Coletivo serve como um espaço de escuta e apoio para mulheres que não sabem onde denunciar as violências que sofrem dentro da Universidade.

Uma das ações “institucionalizadas” é a formação de uma equipe de proteção de mulheres nos eventos da Biologia, são as meninas da Faixa Rosa. Durante eventos sociais como churrascos e happy hours, as meninas do Ipê Rosa usam uma faixa rosa no braço para se identificarem como representantes do Coletivo e formarem uma rede de proteção às estudantes de Biologia em espaços onde a violência sexual e agressões são mais frequentes. No primeiro semestre de 2018, as estudantes buscaram se capacitar no atendimento a vítimas de violência sexual com a assistente social, Marcia Lins, que trabalha há 19 anos no Núcleo Judiciário da Mulher.

Algumas atividades surgem como instrumento de conscientização e proteção “pré-violência”, como a roda de acolhimento das calouras, onde as estudantes mostram a realidade da universidade, que é apenas um reflexo da sociedade. Então, “se a sociedade é machista, a universidade é machista. Mas o que fazer para nos proteger? Vamos nos

preparar? Vamos compartilhar? Vamos conhecer os lugares onde vocês podem buscar ajuda?” Logo, verifica-se as estudantes assumindo papéis e promovendo ações que a instituição responsável não consegue assumir e realizar.

Nas rodas de acolhimento de que participei, as calouras são convidadas e uma atividade é feita para integra-las e estabelecer diálogo. Em todas, a ideia era reforçar a união entre mulheres e positivar a imagem da “mulher”. Por exemplo, trazendo a história de uma mulher forte ou dar a cada participante papéis com palavras relacionadas ao feminismo (resiliência, força, sororidade, família, diversidade, empatia, inspiração) e solicitar que lhes falassem o que a palavra significava a elas. No início da roda, as estudantes se apresentam individualmente e, como tratado acima, nesses espaços é muito comum o desabafo das estudantes.

Nesses espaços, há sempre um destaque à promoção de união entre mulheres tanto para compartilharem sentimentos de amor e carinho quanto para se fortalecerem na luta. É impressionante que mesmo entre calouras, mulheres que não se conhecem e não estão habituadas à universidade, criam-se, nesse local, sentimentos de conforto e compreensão suficientes para que elas exponham experiências tão íntimas. Uma das participantes ao se apresentar relatou sua história de agressão e perseguição de um estudante da Biologia. Seu relato demonstrava que ela não sabia o que fazer nem para onde ir para conseguir ajuda e o Coletivo era a única saída que havia encontrado. Algumas falas retratam também como o Coletivo significa um espaço de conforto e acolhimento, comparando com as sensações que outros espaços provocam, como o desconforto no CABIO. Para muitas, a simples existência do Coletivo garante às mulheres a consciência de que elas não são obrigadas a aturar situações degradantes e possuem um espaço de amparo, mesmo que não cheguem a utilizá-lo.

É importante salientar que o Coletivo não possui integrantes fixas. Há um grupo de mulheres mais atuantes, mas todas as estudantes de Biologia podem ser e são parte do Coletivo. Foi uma surpresa para mim ser adicionada ao grupo do Whats Aapp do Coletivo e me deparar com 59 participantes. Deste modo, o grupo também serve para compartilhamento de informações sobre ginecologistas, coletores menstruais, eventos. Cria-se um novo espaço para interação e fortalecimento de vínculos entre as estudantes da Biologia.

As relações entre essas estudantes são únicas, não se baseiam exatamente em uma amizade cotidiana, mas na confiança e na parceria de uma luta em comum. A minha interlocutora Ângela descreveu sua relação com algumas integrantes do Coletivo como impressionante por ela sentir que “pode dizer qualquer coisa a elas”, mesmo quando não há o convívio constante com elas, há um sentimento de confiança extrema entre elas.

Deste modo, o Coletivo garante às mulheres da Biologia um espaço seguro em que podem compartilhar suas diferentes experiências. Em uma de minhas conversas com uma integrante, ela afirmou:

“comecei a ter várias vivências com as meninas e a saber de várias experiências, inclusive experiências com as quais eu me identifiquei, e eu até comecei a ler sobre. E eu acho que isso mudou muito a minha relação, comecei a perceber o quanto o machismo está enraizado em várias coisas que a gente vive diariamente: como a linguagem, como as atitudes, os olhares, as relações. Isso me modificou nas relações, no modo de falar, no modo de agir.”

Assim, para ela, somente o fato de mulheres “sentarem e conversarem” já gera um espaço de aprendizagem, tanto para coisas “bobas” sobre as quais as mulheres têm vergonha de conversar como questões de cuidados íntimos femininos, quanto à percepção de que a violência contra mulheres é sistêmica. É interessante como minha interlocutora abordou em vários momentos como o Coletivo possibilitou essa compreensão acerca do caráter sistemático da violência e do machismo na sociedade brasileira, que atinge ela, as mulheres de sua família, suas amigas e todas as mulheres.

O compartilhamento de experiências dentro do Coletivo garantiu às estudantes conhecimentos e instrumentos para reinterpretarem suas próprias experiências. Podemos dizer que o Coletivo possibilitou a (re)construção de suas subjetividades, estabelecendo novas relações com seus amigos/as, famílias, companheiros/as e, inclusive, consigo mesmas. Além disso, é um espaço em que mulheres buscam se fortalecer individualmente, no sentido de enfrentar os obstáculos cotidianos. “A partir do momento em que as mulheres começam a se unir e ver seu potencial... acho que dá um empoderamento para as mulheres, mulheres que passam de completamente descredenciadas para cientes de seu potencial e conhecimento”.

Além disso, o Coletivo se torna um espaço onde as mulheres reúnem ferramentas e motivação para atuar politicamente. Inclusive, ao abordar a palavra empoderamento, uma delas descreve seu significado como “somar ferramentas: você começa a vida com

uma ferramenta só para derrubar milhares de muros, ao longo da vida você vai somar ferramentas para se trabalhar, vai se construindo cada vez mais ao longo da vida e se você se permite e o meio contribui, é uma explosão”. Portanto, o Coletivo se torna um espaço empoderador, no sentido de possibilitar formas de reconstrução de subjetividades por meio dos conhecimentos, experiências e relações que proporciona.

Até mesmo para superar as angústias e dificuldades que a militância traz a muitas integrantes. Envolver-se com outras mulheres militantes é importante para renovar a motivação. Estar em um movimento político é desgastante, pois, muitas vezes, as mudanças são mínimas e pouco visíveis. Por isso, estar em um grupo em constante movimento é essencial para animar e sustentar a militância nos momentos de abatimento. Uma perspectiva interessante de uma de minhas entrevistadas é como a atuação dela no Coletivo, mesmo que pareça não produzir resultados, está provocando mudanças quando serve de exemplo para outras mulheres. “Pode parecer que não está surtindo efeito nenhum, mas sempre está. O muro não treme, mas uma menina me viu dando murro em um muro e se sentiu inspirada para dar murro também. Entender que esses mínimos movimentos são grandes movimentos e grandes impactos são fundamentais para você continuar”.

Uma característica comum aos espaços informais de mulheres feministas jovens é a presença de comentários recheados de um humor mordaz e sarcástico em relação à falta de apoio e violências que recebem ou até gostariam de performar. Em diversos momentos, as jovens comentaram o “apoio” que o Instituto dá ao grupo retirando os lambes⁴, mesmo apesar do trabalho inicial de solicitar permissão ao Instituto anteriormente. Além disso, em várias falas, se utiliza os termos “homi”, “cortar uns pênis”, “dar biscoito”. São falas que expressam e transbordam suas indignações frente às violências, ou seja, ditas em momentos que se deparam com a violência nos relatos de outras mulheres e como forma de incentivo às estudantes.

Muitas estudantes encontram na raiva e na tristeza uma energia que canalizam para realizar suas ações. Uma de minhas interlocutoras comentou pensar nas estatísticas de mulheres que são assassinadas e violentadas diariamente para se motivar a continuar o “trabalho de formiguinha” que fazem nos Coletivos, “é tipo um pouco de raiva e choque

⁴ O termo se refere aos lambes-lambes: pôsteres artísticos de tamanhos variados que são colados em espaços públicos. Podem ser pintados individualmente com tinta látex, spray ou guache, ou feitos em série com reprodução através copiadoras ou silk-screen.

que faz você querer fazer alguma coisa”. No entanto, essas abordagens agressivas podem causar pequenas divergências entre integrantes.

Uma dessas é a escolha da melhor estrutura e organização do Coletivo. Por não ter integrantes fixas, o Coletivo tem dificuldades em se estruturar de forma mais institucional, com ações definidas e delimitadas e definir-se como um projeto a longo prazo. Essa característica é específica do Coletivo Ipê Rosa por ter sido criado em um momento de maior necessidade de união entre as mulheres, durante uma situação traumática de violência a uma delas. Assim, é perceptível porque não há um pensamento de organização e alinhamento de atuação. Algumas integrantes tratam esse momento como uma fase no processo de amadurecimento do Coletivo, que, com o tempo, se organizará e desenvolverá ações mais voltadas à prevenção de violências. Mas, para muitas, o Coletivo foi concebido como um espaço inclusivo de mulheres para mulheres, aberto à participação e propostas de todas as estudantes.

Considerando essas divergências, é importante salientar que, ao invés de movimento feminista, podemos falar em movimentos feministas. Não se trata de um movimento homogêneo com uma única pauta. Há uma multiplicidade de pautas e demandas e, em relação à vertente feminista que mais se enquadra às mulheres do Ipê Rosa, eu percebi uma postura muito comum às mulheres feministas jovens integrantes de Coletivos.

Essa postura é trabalhada por diversas autoras, que abordam fases e características de um feminismo contemporâneo. Pinto (2003) faz referência a um feminismo difuso, caracterizado pela segmentação se refere ao feminismo difuso, enquanto Zanetti (2011) explora o novo momento do feminismo, que mantém um contato constante com outras lutas. Gonçalves et al (2013) apresenta a importância da perspectiva social para o “novo feminismo”: a compreensão de que categorias estruturais, como classe, raça, idade, sexualidade, determinam a vivência das pessoas e, portanto, diferenciariam e enriqueceriam o movimento feminista para além da questão de gênero. Ferreira (2015) utiliza o termo feminismo interseccional para denominar essa terceira fase, no qual a participação de militantes feministas em várias lutas e através de diferentes vivências é essencial para a articulação de experiências e pautas.

Assim, essa tentativa de união das diversas causas e demandas, a qual resumirei com o termo feminismo interseccional, é uma característica fundamental aos Coletivos

que estudei e, paralelamente, sempre ocorria conflitos envolvendo discursos e práticas entre as mulheres feministas. Dentro do próprio Coletivo Ipê Rosa, um contexto relativamente homogêneo onde há somente mulheres do curso de Biologia, há diferenças quanto à atuação do Coletivo. Uma das problemáticas se refere à abordagem do Coletivo: para algumas, os homens devem ser incluídos em certos momentos e o uso da violência na linguagem não é efetiva para incluir o máximo de pessoas ao movimento, pois “você quer desconstruir a violência que você vive cotidianamente, mas usa um discurso de ódio para isso, [...] é contraditório”, enquanto, para outras, os homens não devem nunca estar presentes, e uma linguagem mais combativa é importante nos discursos como forma de se posicionar contra as violências sistêmicas.

Abordando a necessidade de “interseccionalizar as lutas” das estudantes feministas, entre as minhas entrevistadas, muitas “classificam” seu feminismo como negro ou interseccional por enxergarem essencial ao movimento a inclusão de inúmeras pautas, sempre citando mulheres negras, mulheres trans, mulheres LGBTQs. Refletindo acerca dessa necessidade de interseccionalizar as demandas de diversos grupos, me parece uma tentativa de superar ou pluralizar a categoria “mulher” como identidade única do feminismo. Essa categoria é criticada há anos por essencializar o sexo/gênero feminino, apesar da constante tentativa do movimento feminista em desconstruir essa suposta “essência do ser mulher”.

É interessante salientar que, para essas estudantes, o feminismo não está relacionado somente à militância política e ao auto reconhecimento. Muitas mulheres são enxergadas como feministas mesmo quando não se assumem feministas ou rejeitam completamente o movimento político. Nos espaços que frequentei, havia estudantes que compartilhavam histórias de suas mães e mulheres em sua vida, sobre as quais afirmavam não haver mulher mais feminista, mesmo quando elas – mães, tias, avós - eram contra o feminismo como um movimento político. A postura feminista dessas mulheres estava relacionada à superação dos obstáculos e das discriminações de gênero que encontravam em suas vidas. Assim, conforme uma de minhas interlocutoras comenta, “muitas mulheres não se entendem como feministas, mas estão lutando para fazer o que querem. Isso é ser feminista, mesmo que elas não entendam”. O ato de “sobreviver” em uma sociedade violenta e agressiva contra mulheres é considerado uma característica feminista para essas mulheres.

Além disso, as próprias estudantes afirmam “serem feministas sem saber”, no sentido de que percebem em sua trajetória práticas e ideais relacionados ao feminismo, mesmo quando, na época, não se reconheciam como feministas, demonstrando que ser feminista vai além do auto reconhecimento como feminista, se trata de uma postura com práticas e ideais adotados diante das situações da sociedade. A maioria das meninas com quem conversei explicou que a Universidade foi o local onde se reconheceram como feministas, por entrar em contato mais intensamente e iniciarem sua militância, ao mesmo tempo em que essa percepção de serem “feministas sem saber” na adolescência surgiu. Exceto, Gaia que explicou que esse reconhecimento não se deu de forma repentina ao entrar na Universidade, mas se deu ao longo de sua história⁵ pois, “a vida me cobrou ter uma postura feminista desde sempre, porque sou filha da minha mãe e do meu pai”. Assim, suas trajetórias envolvem se reconhecerem como ativistas do movimento político dentro da universidade - ou não há um marco exato para isso, como é o caso de Gaia -, mas a compreensão de que sempre foram feministas, mesmo quando não sabiam nada sobre feminismo, está presente em todas as entrevistadas.

Por último, outra ação promovida pelo Coletivo é o Jardim Louise Ribeiro no Instituto de Biologia, desenvolvido em conjunto com alguns professores do Instituto e a arquiteta Mariana Siqueira. A proposta é revitalizar o Jardim do Instituto, utilizando vegetação nativa do Cerrado, que está sendo destruída diariamente e, assim como as situações de violência contra mulheres, deve ser motivo de atenção. Ao mesmo tempo, o jardim se tornará um espaço de convivência para os estudantes e um constante lembrete da memória de Louise.

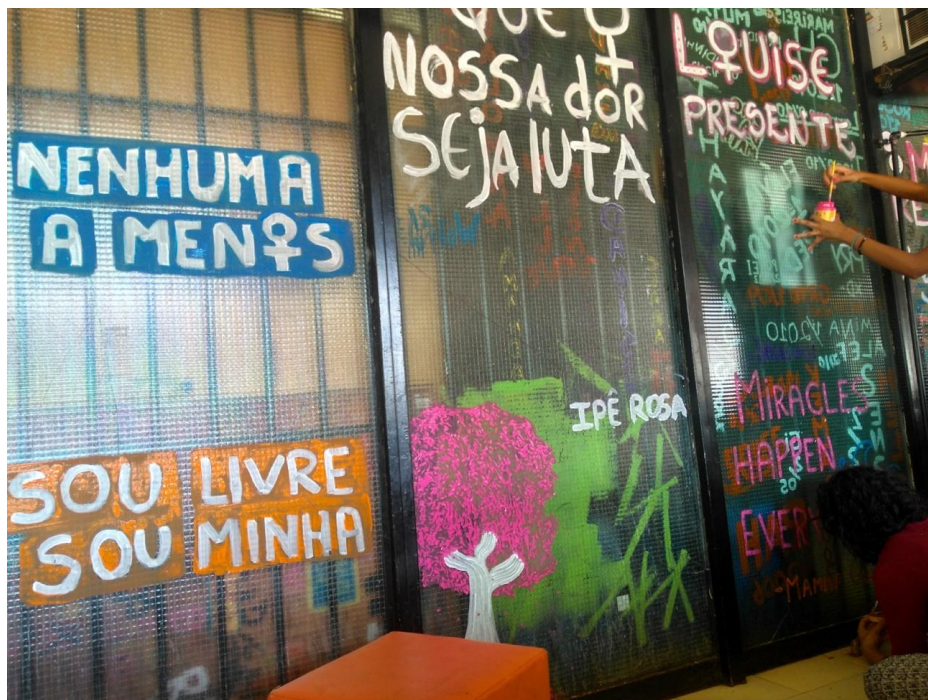
As Relações

O Coletivo Ipê Rosa estabelece relações com atores específicos por ser recente e manter suas ações reservadas ao curso de Biologia. Assim, podemos citar o próprio Instituto de Biologia (IB), os estudantes do curso de Biologia, os professores do IB e a Diretoria da Diversidade - DIV.

Apesar do projeto Jardim Louise Ribeiro ser uma construção com o apoio do Instituto de Biologia, a relação entre o Coletivo e o Instituto é conflituosa. Durante uma intervenção em memória da Louise realizada no dia de sua morte, 10 de março de 2018,

⁵ Gaia me relatou sua história acerca de sua família que a fez ter uma consciência sobre as questões sociais envolvendo o preconceito desde muito cedo.

ficou nítida essa relação instável entre ambos atores. A intervenção iniciou no Centro Acadêmico de Biologia (CABIO), onde algumas estudantes pintaram nas paredes de vidro externas do CABIO frases em homenagem à Louise e que remetem à sororidade e à resistência do movimento de mulheres: “Que nossa dor seja luta”, “Louise presente”, “Minas resistem”, “somos a resistência”, “somos todas irmãs”, “miracles happen everytime time” (a estudante tinha uma tatuagem da frase), além de desenharem um Ipê Rosa (árvore preferida da Louise) e uma tartaruga (animal preferido da Louise).



Apesar da recordação de uma data triste, o clima era positivo e leve, com músicas de MPB tocando em uma caixinha das estudantes. Os estudantes passavam e cumprimentavam as estudantes amigavelmente, deste modo, foi uma intervenção apoiada pela Gestão do CABIO e pelos próprios estudantes da Biologia. O mesmo havia sido feito no ano anterior, mas que logo foi retirado por ser uma pintura feita com tinta guache. Não se sabe se foi retirado por estudante ou pela equipe de limpeza.

Após esse primeiro momento, fomos ao Instituto de Biologia, onde uma estudante havia escrito em grande escala o poema escrito por Onã Silva, presidente da Academia Internacional de Poetas e Escritores de Enfermagem: Flores para Louise⁶. O poema é grande e ocupou alguns metros de papel kraft. A ideia era colar em uma parte do Instituto, uma das passagens em frente ao Jardim Louise Ribeiro. Logo abaixo, foi

⁶ Cf. Poema de Onã Silva: Flores para Louise. Disponível em: <<https://www.divulgaescritor.com/products/flores-para-louise-por-ona-silva/>>

colado ao chão um Ipê Rosa feito de papel e um saco com flores de papel ao lado, onde pessoas poderiam escrever nas flores e colar na copa da árvore de papel. Demorou uma hora até colarmos e recortarmos tudo que precisávamos. Durante a montagem, eu perguntei como ficaria ao final e após a explicação da escrita nas flores, elas acrescentaram: “bom, se o Instituto não retirar tudo até segunda-feira”. Elas, inclusive, deixaram um cartaz com dizeres: “Caro Instituto, se for retirar, favor ligar para....” deixando um número para contato para que pudessem recolher o material que prepararam durante algumas horas. A intervenção ocorreu em uma sexta-feira e, durante a minha conversa posterior com Ângela, soube que o Instituto retirou tudo na segunda-feira.

Segundo minha entrevistada, ela já sabia que tudo seria retirado pelo Instituto. Assim, as ações das estudantes de Biologia são feitas não somente para relembrar a memória de Louise, mas como uma forma de protesto pela ausência de apoio e pelo esquecimento do Instituto à morte de Louise e às situações de violência contra mulheres na universidade. É importante frisar que, com o termo “Instituto”, as estudantes se referem à Diretoria do Instituto. Pois, em diversos momentos, são citadas as tentativas de diálogo com a Diretoria para realizar ações no Instituto. Em um primeiro momento, as propostas são aprovadas. Mas, em seguida, a Diretoria volta atrás e retira os “montes de papéis atrapalhando”, os “lambes” colados.

Além do Instituto, outros atores em constante contato com as estudantes são os professores. Mas, a relação entre o Coletivo e os professores varia entre neutra e decepcionante a partir da visão das estudantes. As integrantes com quem conversei tinham certa expectativa em relação aos professores, como a presença nos eventos promovidos pelo Coletivo. Esperava-se que eles se sentissem tão afetados quanto elas e se mobilizassem diante da pauta da violência contra mulheres, pois, “uma estudante de Biologia foi assassinada dentro do próprio Instituto no qual eles trabalham e por um aluno para o qual eles deram aula”.

Apesar da decepção, Ângela, que estuda na Universidade desde 2013, apontou algumas mudanças nos professores quanto às relações que desenvolvem com os estudantes. Há maior cuidado e atenção destinado aos alunos, não somente por causa do que ocorreu à Louise, mas soma-se ao fato os suicídios de dois estudantes da Biologia que somente alguns professores mais conectados aos estudantes e afeitos ao tema, como

a Professora Isabel Schmidt, que propôs a renovação do Jardim em homenagem à Louise Ribeiro. Assim, as relações entre alunos e alguns professores se estreitaram diante dessas situações de violência.

Quanto aos estudantes, segundo as entrevistadas, é perceptível a mudança de consciência nos alunos às discriminações de gênero e violências contra mulheres, enquanto as mulheres se tornaram mais próximas e unidas. O Ipê Rosa conseguiu abrir uma porta que antes não havia: um espaço legítimo somente para mulheres onde elas trocam informações sobre homens que as agrediram, seus relacionamentos, as violências em festas e churrascos; criando uma rede fortalecida de proteção entre elas.

Em relação à mudança de consciência, um exemplo interessante é o novo ritual de passagem dos estudantes calouros da Biologia. Anteriormente, era um trote com teores machistas, com a escolha da “caloura dos veteranos”, quem descumpria alguma regra deveria dançar em cima de um cone e, geralmente, quem dançava eram as meninas. Após a morte da Louise, a Gestão do CABIO e o Coletivo Ipê Rosa criaram um novo trote no qual colocam todos os calouros no CABIO e explicam que irão mostrar o espaço de algumas coisas dentro do curso de Biologia. Chamam todos os veteranos e dizem: “vamos mostrar para eles o espaço que o machismo tem aqui dentro”, então, os veteranos vão se aproximando dos calouros de modo a apertá-los contra parede; em seguida, “qual o espaço do racismo?”, se aproximam mais; depois “a gente vai falando todas as formas de desrespeito e vai se aproximando cada vez mais até os meninos estarem sem ar e a gente fala ‘então, ainda tem muito espaço, porque o CABIO não tem espaço para isso’”.

Nesse sentido, apesar de não haver uma adesão e apoio completo de todos os estudantes ao Coletivo, houve sensibilização suficiente para que se criasse uma abertura para essas questões e temas dentro do Curso. Desde 2016, ocorre anualmente a Semana da Diversidade da Biologia, um evento gratuito aberto à comunidade, em que se discute a questão de gênero, de raça, sobre o que é ser negro, ser mulher e/ou jovem periférico dentro da Universidade. Segundo minha entrevistada, a Semana é fundamental para politizar e trazer debates avançados acerca das questões sociais para os estudantes que serão futuros professores de Biologia. Assim, entende-se como importante para os alunos de Biologia estar preparado para lidar com essa temática dentro da sala de aula,

considerando o fato de que professores de Biologia são muitas vezes incluídos no debate por tratar do aspecto físico e biológico dos temas.

Um dos atores com quem o Coletivo mantém contato é a Diretoria da Diversidade:

“A Diretoria da Diversidade foi criada como uma das diretorias que compõem o Decanato de Assuntos Comunitário, pelo Ato da Reitoria nº 488, de 9 de maio de 2013, fundamentada nos direitos humanos relativos aos valores da justiça, liberdade, solidariedade, igualdade, combate ao preconceito e à intolerância, com vistas à formação de valores ético-humanísticos, voltados à consolidação de uma sociedade mais justa.” (DIV, [S.I])

A Diretoria é composta pela Coordenação da Diversidade Sexual (CODSEX), a Coordenação da Questão Indígena (COQUEI), a Coordenação da Questão Negra (COQUEN) e a Coordenação dos Direitos da Mulher (CODIM), esta última foi criada após a morte de Louise Ribeiro. “A Coordenação dos Direitos da Mulher tem como finalidade a promoção de ações de reconhecimento da diversidade de gênero, enfrentamento do sexismo e das violências de gênero na comunidade universitária” (DIV, [S.I]). Desde 2017, a Diretoria reúne todos os Coletivos de Mulheres para construção coletiva da agenda da Semana das Mulheres da UnB, que ocorre na primeira semana de aula, geralmente próximo ao dia 8 de março, o Dia da Mulher.

Para as estudantes, é um espaço em crescimento por ser ainda recente, mas é um começo diante dos acontecimentos. Até 2016, não havia uma equipe preparada para acolher mulheres vítimas de violência dentro da Universidade. Assim, ter um local onde ir para planejar ações ou simplesmente para buscar acolhimento diante de uma violência que sofremos é um grande avanço. A partir das minhas observações e entrevistas, percebi que as estudantes enxergam a Diretoria como uma parte diferente da Universidade. Ao mesmo tempo em que ela tem sua institucionalidade e representa a Universidade de certa forma, é uma Diretoria com pouca verba e recursos humanos, combatendo lutas internas para obter um apoio maior da Universidade. Assim, é como se a Diretoria fosse um Coletivo mais organizado e mais institucionalizado do que os outros Coletivos. Inclusive, muitas das servidoras técnico-administrativas afirmam estar no movimento feminista e trabalhista há muitos anos. Ou seja, há uma postura de militante nessas mulheres dentro da Diretoria.

Neste capítulo, abordei o contexto de criação do Coletivo Ipê Rosa das estudantes de Biologia e quais as influências em suas características essenciais, como sua estrutura

e ações desenvolvidas. Explorei como as relações travadas no âmbito do Coletivo são importantes para a contínua construção de subjetividades das mulheres integrantes, além de tratar das relações com os principais atores externos ao Coletivo. No próximo capítulo, falarei sobre o Coletivo Afetadas, das estudantes de Ciências Sociais, seu surgimento e características fundamentais. No terceiro capítulo, analisarei as informações explorados nos dois primeiros capítulos à luz de conceitos importantes.

Capítulo III -

Coletivo Afetadas

“o próprio fato de que aceito ocupar esse lugar e ser afetada por ele abre uma comunicação específica com os nativos” (Favret-Saada, 2005, p. 159)

Ser afetada, deixar-se afetar, não se trata de apenas identificar-se com o ponto de vista do outro, mas de experienciar as intensidades de um lugar, de um evento a partir de suas próprias imagens e percepções. É do artigo de Favret-Saada que as Afetadas retiram seu nome, utilizando uma crítica ao método etnográfico, como uma crítica à sociedade brasileira e à Universidade por não se afetar e não reagir perante as situações de violência contra mulheres.

O Coletivo foi fundado em 2014, após uma carta chegar ao Centro Acadêmico de Sociologia com o relato de uma estudante de Ciências Sociais de um estupro cometido contra ela por um estudante de Ciências Sociais. A partir desse, outros relatos de estupro pelo mesmo estudante foram surgindo e algumas estudantes do curso se mobilizaram, buscaram formalizar as denúncias e demandaram posicionamento dos Departamentos de Sociologia e Antropologia. No entanto, apesar da mobilização inicial, as denúncias contra o estudante se silenciaram ou foram silenciadas, não se sabe ao certo o que ou como, mas as estudantes decidiram permanecer unidas para não deixar que mais casos como esses caíssem no esquecimento.

Assim como o Coletivo Ipê Rosa, o Coletivo Afetadas surgiu a partir de uma situação de violência vivenciada por uma estudante do curso que afetou diversas outras. Essa sensação de ser afetada é expressa pelas meninas do Ipê Rosa e pelas Afetadas. Todas disseram, em suas entrevistas, se perguntarem “e se fosse eu?” porque, de fato, poderia ter sido uma de nós. Deste modo, o nome do Coletivo surge tanto pela necessidade de “ser afetado” pela situação, no sentido de reagir às violências, investigar,

apoiar as vítimas, quanto pelo fato de que as mulheres são diariamente afetadas por essas violências.

As atividades iniciais foram desenvolvidas em conjunto com professoras do curso, do Departamento de Sociologia e de Antropologia. Os encontros envolviam análises de reportagens e artigos sobre violências contra mulheres dentro das Universidades, se assemelhando a um grupo de estudo. Com o tempo e a entrada e saída de integrantes, a dinâmica do Coletivo se transformou e novas ações foram sendo propostas e realizadas.

Essas ações consistiam, inicialmente, em rodas de conversas promovidas na Universidade e exibições de filmes com debatedores ao final para explorar o tema. A partir do apoio institucional das professoras, as estudantes tiveram acesso a uma aula com calouros e calouras do curso, na qual apresentam o Coletivo e discutem acerca da violência contra mulheres na Universidade, chamada “Recepção de calourxs⁷” (sic).

Foi durante uma das reuniões de análise de notícias que encontrei pela primeira vez as meninas do Coletivo. Fui chamada para participar por estar desenvolvendo um Projeto de Iniciação Científica com uma professora que esteve presente no surgimento do Coletivo. A partir de então, atuo no Coletivo, pensando em conjunto com as meninas e desenvolvendo ações para a Universidade. Na história do Coletivo, várias mudanças ocorreram, pessoas se afastaram deixando suas marcas e outras entraram trazendo novos ares.

As ações

Uma das grandes mudanças foi o afastamento das professoras das reuniões. Por motivos profissionais das professoras e os novos rumos do Coletivo, as reuniões foram sendo feitas somente entre as estudantes e as reuniões se tornaram eventos mais informais. De acordo com uma de minhas colegas, sem as diferenças geracionais, o

⁷ O uso do “X” no lugar da vogal busca tornar neutro em gênero o termo “calouros”, de forma a não apresentar o termo masculino. Trata-se de uma forma para “neutralizar” a linguagem muito utilizada nas redes sociais por militantes de movimentos sociais. Outras formas de linguagem neutra é o uso do “@” no lugar das vogais ou flexionar os substantivos em ambos os gêneros: calouros/as ou calouras/os. Entretanto, há uma vasta discussão envolvendo o uso da linguagem neutra pelos próprios militantes, por exemplo, considerando que o uso do “X” ou do “@” é inaplicável à linguagem falada e não é acessível às pessoas com deficiência visual ou auditiva.

Coletivo ganhou mais forma de um coletivo de estudantes e menos de um grupo de estudo.

Além disso, sobre as ações, promovemos exposições de filmes (Señorita Extraviada, de Lourdes Portillo; The Hunting Ground, de Kirby Dick; Hot Girls Wanted, de Jill Bauer e Ronna Gradu); rodas de conversas com parcerias como o Centro de Convivência de Mulheres e as “Recepções de calourxs”, uma das principais atividades do Coletivo. Nas recepções, trazemos materiais audiovisuais ou dados e infográficos para incentivar uma discussão entre os novos estudantes.

Algo a se destacar é o engajamento e conhecimento das discussões sociais por parte dos calouros. Há três anos realizamos essa atividade e todas comentam como, a cada ano, estudantes calouros e calouras vêm mostrando certo conhecimento de conceitos com que somente tiveram contato dentro da Universidade. Desta forma, quando apresentávamos um material básico, buscando incentivar discussões com conceitos e ideias, era preciso adaptar a atividade, visto que todos e todas estavam familiarizados/as com os termos, inclusive, acrescentando outros à discussão. Por exemplo, após uma das recepções, uma colega veio me narrar o evento surpresa com o fato dos estudantes levantarem questões acerca de relacionamentos abusivos e violência obstétrica, temas com os quais as integrantes do coletivo só tiveram contato após alguns anos dentro da Universidade.

É interessante pensar que, no início da proposta, o tema se voltava quase sempre para formas de violência contra mulheres. Há alguns semestres, nós temos buscado incluir nas discussões temas que envolvam diferentes discriminações (raciais, LGBTQIfóbicas) que tratem da construção dos papéis sociais de gênero (masculinidade e feminilidade). No primeiro semestre de 2018, os temas foram: representatividade, masculinidade, violências nas instituições de ensino e interseccionalidade. E, mais uma vez, as estudantes souberam articular as discussões sobre temas que nenhuma de nós conhecíamos no Ensino Médio. Além disso, por parte de todas as integrantes, há o esforço em pluralizar as discussões que surge das relações com estudantes secundaristas no Projeto desenvolvido pelo Coletivo.

O Projeto surgiu através do pedido de um professor de Sociologia em 2016, quando algumas estudantes foram chamadas para realizar uma atividade no Ensino Médio pela primeira vez, levando esse diálogo acerca da violência contra mulheres e violência de

gênero para as escolas. Segundo várias meninas do Coletivo, esse pedido ocorreu no momento perfeito, pois era perceptível “a necessidade de expandir a fronteira da universidade e levar esse diálogo para as escolas porque a gente viu que muitas calouras vinham com relatos de violência sexual, com relatos de violência psicológica, moral, relacionamentos abusivos antes mesmo de ingressarem na Universidade”.

Assim, inicia-se uma atividade que geraria o Projeto Gênero nas Escolas/Universidade. A proposta é levar esses diálogos para as instituições de ensino médio públicas do Distrito Federal e Entorno. De intervir em situações de violência, o Coletivo passou a buscar trabalhar questões de gênero nas escolas com os adolescentes.

É interessante salientar que os temas iniciais, apesar de serem chamados de “violência de gênero”, exploravam principalmente a violência contra mulheres. Entretanto, por meio do diálogo com os estudantes de ensino médio, verificou-se a necessidade de trabalhar com noções de feminilidade e masculinidade, papéis sociais de gênero, introduzindo novos aspectos da violência de gênero e trabalhando com a realidade dos estudantes (namoros, grupos de amigos, festas).

A Estrutura

Diferentemente do Coletivo Ipê Rosa, o Coletivo Afetadas sempre possuiu uma estrutura mais fixa, na qual estudantes específicas se identificavam como integrantes. Não há nenhum processo seletivo para a escolha das integrantes, apenas espera-se atitude proativa e vontade de promover as ações. Mas, segundo uma de minhas colegas, há um “contrato moral” entre as integrantes, no sentido de que precisam estar presentes para serem consideradas parte do Coletivo.

Apesar da estrutura mais fixa, continua informal e descontraída. É comum a participação das integrantes variarem ao longo do semestre, em alguns momentos participam mais ativamente e em outros menos. Por surgir como uma atividade voluntária, o Coletivo não desenvolveu formas de controle de presença ou protocolos para lidar com integrantes que se ausentam com frequência. Antes da criação do Projeto, quando integrantes saíam do grupo subitamente ou paravam de participar das atividades, as jovens que permaneciam aceitavam a situação tranquilamente. Mas, a

partir da institucionalização do Projeto Gênero nas Escolas/Universidade, a ausência frequente de estudantes nas atividades (reuniões, oficinas, cinedebates) gera maior desconforto entre as integrantes, por tratar-se de um Projeto de Extensão, que garante créditos no semestre da Universidade.

Não há cargos de liderança institucionais no Coletivo, mas, as integrantes mais presentes assumem posições de liderança informais e decidem o rumo do Coletivo. Assim como o Coletivo Ipê Rosa, as ações dependem muito da capacidade de motivação de certas integrantes. Para uma atividade ser promovida, faz-se um esforço considerável para definição de reuniões e delimitação de tarefas. Deste modo, esse planejamento anterior é, na maioria das vezes, organizado pelas integrantes que propõem a atividade.

Um ponto abordado por colegas é a composição racial do Coletivo. No início, o Coletivo foi criado, em sua maioria, por mulheres negras. Entretanto, atualmente, há somente mulheres brancas. Durante minha conversa com uma colega, ela se mostrou incomodada pelo Coletivo perpetuar essa imagem da feminista branca e de elite, além de refletir o porquê de mulheres negras não buscarem o Coletivo, “será que elas se sentem acuadas por só ter mina branca? Não se sentem representadas”.

Além disso, em algumas conversas informais, integrantes chamam atenção para o fato de que o “Coletivo só tem mulher branca” como algo problemático e isso é, de fato, assimilado por todas como negativo, porque, nesses momentos, todas se tornam pensativas, cria-se um clima de desconforto. A representatividade, tema trabalhado nas oficinas nas escolas e nas recepções de calouros/as, não ocorre dentro do próprio Coletivo. Para estar de acordo com as concepções desse “novo feminismo”, o Coletivo deveria ter mulheres diferentes que pudessem falar de suas diferentes trajetórias. Não ter isso é enfraquecedor e, de certa forma, deslegitima o grupo.

Ademais, somente mulheres são aceitas. É interessante pensar que não foi algo estabelecido verbalmente, como uma regra, mas era um “acordo tácito” entre as integrantes e somente mulheres se interessavam em entrar no Coletivo, até esse ano, quando um calouro expressou sua vontade de auxiliar e participar ativamente após uma recepção de calouros. No momento, as integrantes que ouviram o pedido se mostraram receosas e não sabiam o que dizer, pois, havia a ideia intrínseca de que somente mulheres poderiam participar do Coletivo.

Ao conversar com colegas do Coletivo sobre o assunto, me foi explicado que um coletivo só de mulheres envolve a questão do acolhimento e do espaço em que mulheres se abrem e falam sobre as violências que sofrem, compartilham vivências e experiências que não se sentem à vontade para compartilhar com homens. Por se tratar de um Coletivo de mulheres feministas, aquele é o espaço onde o protagonismo é das mulheres, nesse sentido, deve ser construído e desenvolvido por mulheres. No entanto, as integrantes se mostram abertas para realizar parcerias com homens no Projeto Gênero nas Escolas/Universidade, inclusive para melhor alcançar os adolescentes meninos nas salas de aulas.

O Projeto

Aproveito essa questão para explicar como funcionam as oficinas nas escolas de ensino médio. No início, levávamos vídeos para alavancar a discussão: o vídeo “Não tira o batom vermelho”, da Youtuber Jout Jout, lançado em 2015 e amplamente divulgado, chegando a alcançar 3,2 milhões de visualizações. Em seguida, separávamos os estudantes em grupos e distribuíamos cartolinas para registro dos sentimentos e sensações despertadas pelo vídeo.

É importante destacar que na primeira escola que visitamos, um dos professores era conhecido por falar coisas inapropriadas para as estudantes. Assim, nesses cartazes, as estudantes buscaram denunciar as situações de violência que viviam, expondo os atos do professor e utilizando termos relacionados à disciplina que ele lecionava, mas sem nomeá-lo de fato.

Em outros momentos, levávamos situações de violência e pedíamos que identificassem as violências nos relatos. Cada sala possuía uma abordagem própria, algumas com estudantes engajados no tema, outras com meninos zombando das situações de violência ou pedindo para não participar das oficinas. Mas era frequente as meninas falarem e os meninos permanecerem calados.

Percebendo esse silêncio vindo dos estudantes, decidimos explorar temas que fomentassem maior participação entre os estudantes, visto que eles não falavam quando

abordávamos a violência contra mulheres. Assim, planejamos um Cine Debate na Universidade com o filme da ONU: Precisamos Falar com os Homens? e reuniões para discussão de artigos acerca da construção da masculinidade para a elaboração de oficinas para os estudantes secundaristas. Chamamos o rapper Stroga para participar da mesa de debate. O rapper escreveu a música Pruzcara⁸, em que ele tenta “dar um toque” para seus colegas homens quanto aos machismos e violências diárias, atitude que é comentada ao falar sobre o papel dos homens no feminismo.

Em relação às Recepções de calouros e calouras e às Oficinas no Ensino Médio, é importante salientar como os estudantes utilizam esses espaços para relatarem violências que sofreram ao longo de suas vidas. Em uma das aulas, os estudantes secundaristas estavam bem agitados e soltando várias piadas e risadas, não muito afetados com o tema, até a fala de uma estudante. Eu estava descrevendo as características de um relacionamento abusivo, como se mantém e, logo em seguida, ela falou:

“galera, eu queria que vocês prestassem atenção no que ela acabou de dizer porque é exatamente assim mesmo. Há alguns meses, eu estava em um relacionamento abusivo e muitos de vocês conhecem ele. Ele era um amigo legal, uma pessoa legal, mas era super controlador e chegou até mesmo a gritar comigo e me agarrar. Eu pensava que merecia aquelas violências e não sabia como contar às pessoas, por medo de não acreditarem em mim”.

Após o relato dela, todos se silenciaram e começaram a nos escutar. Relatos de relacionamentos e abusos sofridos na infância eram comuns por parte tanto das meninas quanto dos meninos. Era surpreendente como eles se sentiam à vontade e com vontade de expor essas violências em uma roda na sala de aula do Ensino Médio. A pequena abertura durante um momento para se tratar desses temas era o suficiente para que revelassem histórias de violências cometidas contra eles. É necessário refletir o quanto não falar sobre algo é prejudicial às crianças e adolescentes, considerando o fato de que eles são os principais alvos de violência sexual⁹. Em sua situação de vulnerabilidade, crianças e adolescentes são abusadas no âmbito privado por pessoas conhecidas da família, inibindo as denúncias por medo de não serem acreditadas.

⁸ A música pode ser acessada no youtube. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=ASq37fWACFM>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

⁹ O levantamento do Ipea, feito com base nos dados de 2011 do Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan), mostrou que 70% das vítimas de estupro no Brasil são crianças e adolescente.

Apesar da situação atual com os debates acerca da “ideologia de gênero”¹⁰, sendo ensinada às crianças e adolescentes, não houve problemas com pais e estudantes com o que foi discutido nas oficinas. Inclusive, durante a apresentação do Projeto de Extensão na Semana Universitária da Universidade de Brasília no final de 2017, os avaliadores dos projetos se mostraram muito contentes e satisfeitos com o Projeto, reafirmando a importância de se discutir essa temática nas escolas.

Por meio do projeto, nós conhecemos os desafios e prazeres da sala de aula, desenvolvemos habilidades da docência, transmitimos e apreendemos conhecimentos e experiências com os estudantes. É o “carro-chefe” do Coletivo e motivo de orgulho para todas.

As Percepções

Para compreender mais profundamente como as integrantes entendiam seu envolvimento com o Coletivo, além das conversas informais com todas, conversei especificamente com duas colegas. Maia está no curso de Ciências Sociais há alguns anos e a Selene está no início do curso de Relações Internacionais e se mudou para Brasília há pouco tempo, vinda de uma cidade do interior. Ambas enfatizaram a importância do Coletivo no contato com temas essenciais para sua formação como profissional, como militante e como pessoa.

¹⁰ Durante a elaboração deste trabalho, ocorria mobilizações em torno do projeto de lei nº 7.180/2014, conhecido como Escola sem Partido, ao qual está vinculado o Movimento Escola Sem Partido. “O texto discursa sobre garantir o pluralismo de ideias no ensino e sobre a necessidade de evitar que os docentes prejudiquem os estudantes em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas”. (Matuoka, 2018, site). Assim, abordar questões de se enquadraria no que chamam de “ideologia de gênero”, de forma a colocar essas questões no plano das ideias e das doutrinas e retirar seu caráter instrumental e analítico da realidade. Entretanto, há polêmicas envolvendo o PL que seria violento no sentido de proibir determinados assuntos com base no que seria “correto” e “neutro”, apesar de ser fato que essa completa neutralidade é impossível. “A dimensão política não pode ser retirada dos eventos humanos, portanto nem da educação” (Barzotto in Matuoka, 2018, site). Há também a visão pedagógica ultrapassada, que enxerga o aluno como uma folha em branco, passivo, enquanto o professor domina completamente o posto de transmissor do conteúdo (Rosa in Matuoka, 2018, site). Para saber mais sobre a ideologia de gênero, ver Miskolci e Campana (2017). Para saber mais sobre o Projeto de Lei e Movimento Escola Sem Partido, ver Amorim e Salej (2016), Frigotto (2017).

Também afirmaram possuírem ideias feministas desde adolescentes mesmo sem se ver como feminista, devido ao estigma que o feminismo carregava naquela época. Para Maia, ela não se enxergava feminista por rejeitar a imagem da mulher “feminazi”, do feminismo radical, enquanto hoje ela compreende essa forma de atuação, apesar de não ser adepta. Essa mudança ocorreu somente a partir de 2014, com o acesso aos debates acerca de gênero e feminismo, possibilitado após sua entrada no Coletivo Afetadas. Seu primeiro contato com o Coletivo se deu ao saber sobre os casos de estupro e abuso que aconteceram dentro do curso e ao iniciar um Projeto de Iniciação Científica com uma professora do Departamento de Antropologia que participou da criação do Coletivo.

Ao frequentar as mesmas aulas que o estudante, ela se sentiu incomodada. Esse incômodo parece se referir tanto à falta de penalização do estudante quanto à presença contínua dele no espaço universitário. Em diversos outros momentos, colegas contaram como ele frequenta os Centros Acadêmicos da UnB (vários), as redes sociais e, até mesmo, aplicativos de relacionamentos, como se nada tivesse acontecido. Uma das preocupações levantadas era de que novas estudantes pudessem ser alvo novamente do estudante, pois elas não saberiam de violências que ocorreram há dois ou quatro anos. Assim, a frustração causada por esse incômodo a levou a entrar no Coletivo, sendo este uma forma para reagir a essas situações.

Entrar para o Coletivo foi fundamental para sua constituição como sujeito político e feminista. Assim como as estudantes do Ipê Rosa, ela começou a entender os processos e as relações de exploração e dominação que vai além do discurso feminista, percebeu as relações raciais e de classe de uma forma diferente.

Da mesma forma, Selene relembrou sua adolescência e sua entrada no Coletivo. Por morar em uma cidade de pequeno porte, a mulher feminista estava no imaginário da cidade como uma espécie de aberração, que nunca iria casar e ser feliz. No entanto, ela sempre se sentiu deslocada, o sentimento de indignação esteve sempre presente em frente a situações que hoje ela percebe como violentas e abusivas.

“Quando eu vim para cá, eu não tinha a ideia de trabalhar com isso. Eu tinha uma perspectiva de ‘ser contra’ muitas coisas, em questão de indignação pelo modo que eu fui criada, em uma sociedade machista de interior. Mas eu me diferenciava, inclusive já falava para o meu pai que era feminista, só que ele não acreditava: ‘você nem sabe o que é isso, menina, fica quieta’ (risos)”.

Para Selene, assim como Gaia do Ipê Rosa, se mudar para Brasília foi uma espécie de libertação, onde teve contato com diferentes pessoas e formas de existir no mundo. A sua entrada no Coletivo a permitiu compreender sua indignação, seu incômodo e seu deslocamento na pequena cidade. Estar em contato com o diferente foi essencial para sua “desconstrução” - termo muito utilizado por militantes dos direitos humanos, usado, neste contexto, como o momento em que conheceu realidades diferentes da sua e percebeu aspectos da sociedade que antes não constatava, como a incidência do racismo e do machismo na vida de mulheres negras, desconstruindo antigos preconceitos e equívocos.

Em uma conversa informal, ao escrever uma carta de intenção para entrar em um grupo de estudo de mulheres das Relações Internacionais, ela percebeu ter participado de várias atividades e conhecido mulheres maravilhosas, em suas palavras, nos últimos dois semestres que entrou para o Coletivo. Conseguir encontrar pessoas com formas de pensar semelhantes aos dela foi importante para sua aceitação como indivíduo e para a “criação de sua voz”.

Tanto Selene, quanto Maia descreveram como entrar no Coletivo as tornaram mais fortes para se posicionar diante de situações que entendem como erradas. Esse fortalecimento provavelmente é fruto das relações entre as integrantes, com outros atores e das experiências de atuação política no Coletivo, que as estimulam a falar, a se expressar e a se desafiar em âmbitos individuais.

É interessante notar que ocorre uma tomada de consciência por parte das integrantes, que é revigorante e assustadora para elas. Durante as conversas, Maia comentou como o Coletivo apresentou a ela conhecimentos e possibilidades dos quais que ela sequer tinha noção e que era algo “positivo e negativo”, pois a ignorância é boa, de certa forma, na medida em que preserva o sujeito de perceber aspectos crus da realidade, que podem ser assustadores para alguns. Maia comentou que, após o Coletivo, parou de romantizar a realidade, em uma espécie de desencantamento do mundo. Segundo ela, sua noção de felicidade “cai”, porém, a militância se transformou em uma forma de realização, dá significado à sua vida.

Ressalto que todas as entrevistadas utilizaram a palavra indignação para se descreverem ao se verem diante de violências, seja a morte de Louise, seja o estupro de estudantes do curso ou até mesmo um professor assediando uma amiga. Assim,

conforme tratado por Simião (2014), essas violências físicas ou morais a outras pessoas representavam um insulto moral a essas estudantes, provocando um sentimento de indignação. E é esse sentimento que levou algumas delas a militarem, a entrarem em Coletivos.

A indignação frente a violências que não foram “resolvidas” - não houve punição do agressor - ou que sua “resolução” não foi suficiente para abrandar o sentimento e o sofrimento (como a morte de alguém) gerou a necessidade em muitas estudantes de reagir e de resolver essas violências por suas próprias mãos, resultando na união de mulheres em coletivos.

Deste modo, é compreensível o fato de muitas estudantes entrarem com objetivos à curto prazo ou se sentirem frustradas diante do “pouco resultado”. Há expectativas focadas em “mudar o mundo agora”, mas, para a maioria, com o tempo isso muda e passam a entender que a militância é um processo longo e duradouro. Mas, segundo uma de minhas entrevistadas, “você vai gerando novas estratégias e conhecendo coisas novas para virar um projeto, uma ideia. Hoje, entendo melhor como as coisas funcionam de fato e a militância foi fundamental para isso”. Assim, a militância representada pelo Coletivo é vista como algo que trouxe novos significados a suas vidas e é parte de suas subjetividades, da forma que enxergam o mundo.

Do mesmo modo, garantiu ferramentas a elas para que ressignificassem experiências anteriores. Selene narrou sua experiência com uma colega que recebia olhares desconcertantes do professor. Ela sempre se sentia desconfortável, mas não entendia o porquê e, hoje, compreende seu incômodo como a sensação de indignação diante de um assédio. Inclusive, carrega culpa por nunca ter se posicionado contra aquela situação, mas entende que não possuía as ferramentas e o conhecimento que detém atualmente.

Entre as estudantes, são compartilhadas as diferenças e conflitos intergeracionais dentro de suas famílias. Em várias conversas, comentamos sobre frases e atitudes de nossos pais, mães, tios e tias que provocam grande indignação. Uma de minhas entrevistadas narrou sua história familiar com sua avó que sofreu muita violência por parte de seu marido e, por se tratar de uma cidade pequena, não havia ninguém para ajudar sua avó. Uma situação interessante para perceber a criminalização da violência contra mulher e a criação de um insulto moral relacionado a essa violência. Esta não

despertava sensações de indignação nos habitantes da cidade ou nos familiares que acompanharam a história de sua avó. Eram situações normalizadas e parte do cotidiano. Em algum momento, por diversos motivos, elas passaram a incomodar e serem vistas como erradas. A violência contra mulheres, nesse caso, sua avó, passa a provocar indignação em terceiros. Assim, o papel do feminismo têm sido desnaturalizar essas violências e despertar incômodo e desconforto na sociedade.

Para além de gerar indignação, durante meu campo e militância, várias mulheres que faziam parte de grupos feministas destacaram a importância que esses espaços têm para seu fortalecimento, seja como pessoa, seja como sujeito político. Selene relatou como esse apoio dado pelo Coletivo foi fundamental para se amar e amar seu próprio corpo e ver a beleza em corpos dentro e fora do padrão. Exige-se muito do corpo feminino, que deve estar sempre impecável e de acordo com os padrões da época e do lugar. Estar fora desse padrão é estar vulnerável a várias violências. Segundo ela,

“quando as mulheres da minha cidade se juntam para falar sobre estrias, celulite, do corpo da outra; eu já aviso ‘ih, minha filha, eu superei isso’. Sua cabeça muda de modo que antes você percebia os ‘defeitos’ dos corpos, mas hoje você não percebe. Isso é ótimo nos coletivos feministas, não existe essa competição feminina, de crítica, julgamento dos corpos. Há um incentivo à união e a falar bem uma das outras”.

No tempo em que frequentei o Coletivo Afetadas, nunca houve problemas irreparáveis entre as integrantes. Todas as discordâncias eram resolvidas tranquilamente e por meio do diálogo. É importante ressaltar que sempre havia um clima amigável e de companheirismo entre as integrantes. Não necessariamente frequentamos os mesmos lugares ou compartilhamos uma amizade entre todas, mas, como descrito pelas meninas do Ipê Rosa, coletivos proporcionam o desenvolvimento de uma relação de confiança e fortalecimento única para suas integrantes.

As relações

Pelo Coletivo ter sido construído com o auxílio de professoras dos departamentos de Sociologia e Antropologia, a relação entre o Coletivo e o Instituto de Ciências Sociais é amistosa. Há abertura para desenvolvermos atividades com os calouros e apoio inclusive durante a institucionalização do Projeto Gênero nas Escolas. No entanto,

não há um contato contínuo e profundo com a maioria dos professores, assim, não há espaço para emergência de conflitos.

Em relação ao curso, através das “Recepções de Calourxs”, as integrantes buscam divulgar as ações do Coletivo para os estudantes do Curso. Mas as ações promovidas não buscam conscientizar especificamente o curso de Ciências Sociais, como é o foco do Coletivo Ipê Rosa.

Considerando que o curso, através do Centro Acadêmico, já promove várias discussões envolvendo o tema, o objetivo maior é atingir o máximo de pessoas da universidade inteira e, nos últimos semestres, atrair os homens para discussão da violência contra mulheres e da construção da masculinidade. Portanto, a relação com o curso é estabelecida principalmente - senão somente - nas recepções de calouros, cumprindo o papel tanto de conscientizar os estudantes de Ciências Sociais quanto de conseguir a adesão de mais mulheres para o Coletivo.

Com a Universidade, assim como o Coletivo Ipê Rosa, a Diretoria da Diversidade – DIV se encontra como maior parceira dentro da instituição, responsável por promover ações de conscientização às causas sociais. Para as estudantes, a DIV é “parte aparte” da Universidade, por considerarem uma Diretoria que recebe pouco apoio financeiro e de recursos humanos da instituição. No entanto, esse diálogo com a Diretoria é pontual e específico, “só no começo do ano, no mês de março, mês das mulheres”.

Por último, os atores com quem mais o Coletivo estabelece relações são outros coletivos de mulheres dentro da Universidade. Frequentemente convidam alguma integrante do Coletivo para fazer parte de alguma roda ou iniciativa. Os grupos que mais se envolvem em atividades por toda Universidade são o Coletivo Ipê Rosa, o Centro de Convivência de Mulheres, as MARIAS – Mulheres Acadêmicas em Relações Internacionais e Ativismo Social, e alguns outros.

Capítulo 4

Características, interações e atuações dos coletivos de mulheres na Universidade de Brasília

“As palavras nos unem e o silêncio nos separa, priva-nos da ajuda, da solidariedade ou da simples comunhão que a fala pode solicitar ou provocar”

Rebecca Solnit (2018, Locais do Kindle 206-207).

A multiplicação de coletivos universitários é uma realidade das últimas duas décadas. Em contraste com o período anterior de institucionalização, são grupos autônomos com estruturas mais dinâmicas, com a frequente entrada e saída de integrantes.

É interessante como ambos os Coletivos estudados se originam a partir de uma situação de violência extrema vivenciada dentro de seus respectivos cursos. O feminicídio de Louise Ribeiro e os consequentes encontros entre as estudantes de Biologia da UnB dão início a um grupo de mulheres, denominado Coletivo Ipê Rosa; enquanto o Coletivo do curso de Ciências Sociais foi criado durante a mobilização de estudantes e professoras, que buscavam ajudar no processo de denúncia contra um estudante do curso.

Indignação

O feminicídio de Louise gerou uma indignação coletiva fundamental tanto para o surgimento do Coletivo Ipê Rosa, quanto na transformação de hábitos e posturas de estudantes de Biologia. Essa indignação é explicada por Cardoso de Oliveira (2008), ao referir-se à indignação moral como um ressentimento provocado em terceiros que

presenciam um insulto moral a alguém. Assim, uma violência de qualquer tipo que seja precisa apresentar um insulto à dignidade de uma pessoa para provocar um sentimento desvalorização e desrespeito na vítima e indignação entre aqueles que assistem, presenciem ou saibam da violência. Nesse caso, o feminicídio é visto como uma violência física contendo um insulto moral enorme à dignidade de Louise, provocando uma indignação coletiva entre estudantes, especialmente de Biologia, por tratar-se de uma estudante de Biologia, morta por um estudante de Biologia dentro de um laboratório do Instituto de Biologia.

O insulto moral, conforme definido por Cardoso de Oliveira (2008), possui duas características principais: “trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro” (p. 136).

A indignação suscitada pelo insulto moral contida na violência contra Louise transformou a forma que as estudantes enxergavam situações comuns ao curso, por exemplo, o concurso da “melhor caloura” ou os desenhos de pênis nas paredes do Centro Acadêmico. As estudantes passam a se sentir desrespeitadas e desvalorizadas à medida que essas situações ganham um teor de insulto moral após o ressentimento provocado pela morte de Louise. São situações que se tornam de fato agressões morais a suas dignidades que são a base de violências maiores, como o estupro e o feminicídio.

Do mesmo modo, a indignação que afetou as estudantes de Ciências Sociais ao se depararem com relatos de estupros cometidos dentro do curso e a falta de ação por parte da Universidade as motivou a se mobilizarem e se reunirem em um grupo.

Percebe-se, então, o papel importante da indignação na formação desses grupos. Ambos surgem como uma forma de visibilização das situações de violências irreparáveis: os relatos de estupros que não resultaram em qualquer punição ao agressor e o feminicídio de Louise, considerando que a prisão do assassino não foi suficiente para reparar a violência contra a estudante, aos olhos das outras estudantes de Biologia.

Somadas a esses fatos, outras situações de agressão e violência passam a ser enxergadas, no caso do Ipê Rosa, e a dificuldade em lidar com situações de violência sexual envolvendo estudantes na universidade, que marca o Coletivo Afetadas, dão continuidade ao sentimento de indignação que permeia os Coletivos.

“Faça você mesma”

É interessante ressaltar que são frequentes as críticas à atuação da Universidade, representada pelo Instituto de Biologia ou pela Reitoria. Seja a atuação da Universidade de fato insuficiente ou não, essas críticas influenciam muito na forma que as estudantes agem e se mobilizam. Há uma descrença na denúncia como forma de reparar e solucionar violências e agressões, especialmente dentro da Universidade. A própria existência de Coletivos e sua atitude “faça você mesma” demonstram essa constante insatisfação com a atuação institucional.

A expressão “faça você mesmo” é utilizada por Alvarez (2014) ao falar do feminismo jovem. Essa frase deriva da expressão em inglês “do it yourself”, geralmente associada ao design e na produção de bens materiais. Ao invés de comprar, as pessoas podem fazer em suas casas a estampa de uma camiseta ou um banco de caixas para sua casa. Desta forma, a expressão demonstra a agência e autonomia do indivíduo em uma sociedade industrializada, assim como retrata a agência e a autonomia das jovens feministas que não buscam as formas institucionais para solicitar demandas e resolver problemas.

O próprio Centro de Convivência de Mulheres (CCM) foi expressivamente resultado da atitude “faça você mesmo” a qual adapto à “faça você mesma¹¹”. Organizado por estudantes de diferentes cursos por meio de assembleias gerais, das quais participei de algumas, as estudantes decidiram ocupar uma sala da Universidade no intuito de criar um espaço de acolhimento e convívio para todas as mulheres da universidade. Era um período de violências, com a morte da Louise, do suicídio da Ariadne¹². Durante alguns dias, as mulheres ocuparam uma sala no ICC Sul, contando com o apoio de diversas outras no processo: muitas estudantes paravam no lugar por curiosidade. Elas receberam doações de utensílios e alimentos, até mesmo algumas funcionárias da UnB prestavam apoio e proteção às estudantes. As estudantes saíram após receberem uma sala temporária ao lado da Diretoria de Diversidade, com a

¹¹ Agradeço à Profa. Dra. Giovana Tempesta pela sugestão.

¹² Ariadne Wojcik publicou um relato em seu facebook minutos antes de cometer suicídio. Na postagem, Ariadne revela as perseguições que sofria de professor da Faculdade de Direito da UnB, que também é Procurador do DF, casado e de “reputação impecável” (Pragmatismo Político, 2016).

promessa de que a Universidade forneceria uma sala oficial. No entanto, elas continuam na sala temporária até o presente momento, junho de 2018.

Além da criação do CCM, as representantes decidiram desenvolver um protocolo de atendimento para a universidade conseguir lidar com denúncias de violência contra mulheres sem violentar novamente as vítimas. Devido às diversas denúncias que receberam e da falta de respostas institucionais aos casos de violência, ao invés de reivindicarem a criação de um protocolo de atendimento para administração da Universidade de Brasília, elas conseguiram a ajuda de uma advogada para elaborar esse protocolo e oferecer à universidade.

Participei de uma roda de conversa cuja proposta era promover a articulação entre coletivos de mulheres da UnB e cidades-satélites. Assim, estiveram presentes representantes do CCM, do Ipê Rosa, do Afetadas, do Caliandra (Coletivo da Faculdade UnB Planaltina), da Casa Frida em São Sebastião e da Casa Ipê na Ceilândia, além do projeto Fala Jovem. Uma das representantes de Coletivo enxerga a rede de mulheres e coletivos como essencial para o auxílio de mulheres em situação de violência. E esse auxílio se refere tanto ao momento em que elas decidem denunciar e, então, a atuação se volta à procura de advogada, de orientações e mediação para o caso; bem quando a escolha é não denunciar, assim, buscar estratégias de proteção e fortalecimento dessa mulher através do acolhimento. Segundo essa representante, “tirando isso”, [a atuação] é o que nós conhecemos, é lamb (sic), é expor entre nós, como um feminismo terrorista [...] A gente tem de ser ardilosa, porque não tem nada a nosso favor, saca?”.

Essa fala, que provocou risos, demonstra com clareza certa descrença na resposta institucional e a necessidade que sentem de atuar por si próprias. Há práticas comuns que não são necessariamente organizadas por coletivos mas espontaneamente por algumas mulheres, como rodas de conversa onde circulam nomes de rapazes que cometeram abusos, assédios e estupros contra elas. Esses nomes e fotos também circulam de forma clandestina nas portas de banheiros femininos alertando outras mulheres dos perigos que representam essas pessoas.

Entretanto, isso não quer dizer que os coletivos não estabeleçam uma relação com a Universidade. Na verdade, muitos grupos participam de reuniões e encaminham vítimas de violência na UnB para a Diretoria da Diversidade (DIV), instância que representa a Universidade para essas estudantes. Mas, identificam limites impostos à

DIV pelas dificuldades – falta de recursos financeiros e humanos - que a mesma enfrenta para realizar ações e atendimento aos estudantes da Universidade.

A Internet

Conforme abordado anteriormente, a globalização proporcionou novas possibilidades de informação e de comunicação, criando instrumentos de propagação e disseminação das causas e demandas de movimentos sociais. Alvarez (2014) conceitualiza essa propagação ao tratar do *sidestreaming* de feminismos plurais, que ocorreu por meio da multiplicação de feminismos populares e uma popularização do feminismo. Assim, o processo de *sidestreaming* se deu através da apropriação do repertório cultural e acadêmico feminista ampliado pela internet, por meio das mídias e redes sociais. Essa apropriação se realiza de formas diferentes, levando em consideração as diferentes formas de se interpretar um conteúdo. As noções, estratégias e demandas dos feminismos se complexaram por meio das discussões realizadas através da internet. A internet e suas redes sociais, então, realizam um importante papel na popularização e na relação intrincada dos feminismos com outros movimentos sociais.

De acordo com Ferreira (2015), a internet permitiu a constituição de redes que aprofundaram as relações entre organizações políticas e grupos feministas, além de criar outras redes de comunicação. Ambos os coletivos estudados utilizam as redes sociais para organizar todas as ações do grupo e para se comunicar com outros atores sociais da Universidade – como outros coletivos, a Diretoria da Diversidade. Assim, a internet através de aplicativos e redes sociais, se torna fundamental para manter o grupo informado e coeso, pois, estão conectadas umas com as outras o tempo inteiro.

A internet também serve para constituir redes de apoio e preservação entre as mulheres, ao ser utilizada para circular denúncias e relatos de violências. Por exemplo, durante um semestre, alguns homens estavam entrando nos banheiros femininos para espiar as mulheres. Assim, várias mensagens de estudantes relatando o assédio foram repassadas em vários grupos (de vários coletivos de mulheres) informando os banheiros onde isso ocorreu e solicitando cautela ao usar os locais. Ao mesmo tempo em que permite a circulação de denúncias, não há como confirmar a veracidade de todas as denúncias, pois, as autoras das mensagens se perdem durante a divulgação, dificultando

qualquer tentativa de denúncia à instituição por outras pessoas que tenham acesso aos relatos.

Atuação e transformação

O Coletivo Ipê Rosa provocou uma transformação significativa no curso de Ciências Biológicas. Nos encontros que participei, algumas mulheres narraram impressionadas as mudanças que ocorreram no curso no decorrer de cinco anos. Todas citaram a rivalidade entre as mulheres como uma característica forte presente nas relações do curso. Além disso, a presença de concursos para avaliar qual a “melhor caloura” também era frequente.

Assim, as relações, antes permeadas por conflitos, passaram a ser questionadas, com a criação de redes de apoio e espaços para discussão de questões sociais no curso.

Essas mudanças não afetaram somente parte das estudantes, representada pelo Coletivo, mas também uma parcela dos estudantes do curso, em especial, as instâncias representativas dos estudantes, como o Centro Acadêmico de Biologia (CABIO). Assim, ações promovidas pelo Coletivo e pelo CABIO, como as rodas de conversas de mulheres e a Semana da Diversidade, são exemplos dos espaços de acolhimento e questionamento sobre as questões despertadas dentro do curso. Fica a questão em relação à participação nesses espaços, se são frequentados ou esvaziados. No entanto, é uma mudança significativa ao pensarmos que não havia discussões envolvendo estas questões no curso, ao contrário do curso de Ciências Sociais.

Logo, o Coletivo Afetadas não provocou a transformação de discursos e práticas, pois questões sociais permeiam o curso de Ciências Sociais desde sua fundação na Universidade de Brasília. Trata-se de um curso com estudantes politizados, no sentido de que há a promoção de discussões frequentes sobre temas como a assistência estudantil, LGBT, feminismo negro, mulheres lésbicas e bissexuais, machismo, passe livre. Tais temas foram discutidos em rodas de conversa promovidas pelos Centros Acadêmicos de Sociologia e Antropologia nos últimos quatro anos. Trata-se de uma prática difundida nas Ciências Sociais há alguns anos.

Portanto, a criação do Coletivo Afetadas não se sobressaiu no curso, ao contrário do Coletivo Ipê Rosa. Esta diferença é relevante ao tratar das estruturas distintas de ambos os Coletivos.

O desconforto gerado pelas atitudes insultantes, a indignação perante o feminicídio de Louise e o surgimento de um espaço onde estes sentimentos podem ser expressos e expostos, em um curso em que é rara a discussão de temas sociais, proporcionou a criação de um grupo aberto para todas que desejam integrá-lo. Assim, o Coletivo Ipê Rosa é marcado pela espontaneidade de suas várias integrantes, que “puxam” eventos e ações pontuais.

O Coletivo Afetadas apresenta uma estrutura mais “institucional”, com integrantes fixas e ações contínuas, porque sua formação se deu por meio de um grupo específico de estudantes e seu aparecimento, como um grupo de estudos, não provocou agitação em um curso que estuda essas questões.

É importante apontar sua transformação de um grupo de estudos para um grupo composto somente de estudantes (apesar do apoio de professoras) e o trabalho com temas envolvendo a educação, questões de gênero e violência contra mulheres. Assim, ao contrário do Coletivo Ipê Rosa que busca proteger as estudantes por meio de rodas de acolhimento e “patrulhamento” nas festas, sua atuação é voltada para o questionamento e disseminação de conceitos e práticas, considerando a recepção de calouros, o projeto Gênero nas Escolas/Universidade, os cinedebates.

Mas, por mais institucional que seja o Coletivo Afetadas, não há cargos nem processos de seleção de integrantes. As estudantes aceitam a entrada de qualquer estudante disposta a participar e colaborar na construção das ações. É frequente também a rotatividade de integrantes e até mesmo o retorno de antigas integrantes. Pelo Coletivo ser construído por estudantes e dentro da universidade, as integrantes participam paralelamente com suas atividades “principais” (estudos e estágios). Assim, a promoção de ações, de certa forma, acompanha o calendário universitário, podendo ser mais frequente no início e menos no final do semestre.

Ambos os coletivos possuem uma característica em comum: a constituição de espaços de falas e compartilhamentos. Seja entre as integrantes, seja entre os

participantes de suas ações, relatos de experiências e vivências próprias são muito frequentes.

Em um curso em que se imperava o silêncio, as conversas e os relatos pessoais são como raízes de árvores que se interligam e entrelaçam em um conjunto forte e estável (Solnit, 2018). As estudantes de Biologia, por meio do relato, ressignificaram suas experiências cotidianas de violência e reconstruíram juntas suas subjetividades de forma a se tornarem mais fortes. Soube de mulheres que, ao refletir sobre seus relacionamentos familiares, afetivos, de amizade nas rodas de conversa, identificaram situações de violência normatizadas. Mulheres que vivenciaram violência física de seus companheiros, mas nunca contaram a ninguém. A própria existência de um espaço onde contar sua história, ser ouvida e acolhida é fundamental para superação de traumas e fortalecimento individual.

Durante dinâmicas nas escolas, vários adolescentes contaram suas histórias. É importante salientar que a proposta das dinâmicas não era incentivar o desabafo. Mas, quando era solicitada reflexão acerca de determinadas situações e ao ser aberto um espaço de fala, sempre havia aqueles que relatavam abusos e violências que vivenciaram, inclusive entre os meninos.

Porém, ao pensarmos nos fatores que dificultam a denúncia por parte de vítimas de violência e no espaço frágil dado dentro das instituições para a realização de denúncia, essas situações são compreensíveis. Assim, os Coletivos realizam um trabalho de escuta essencial para muitas pessoas, considerando que

“uma parte da força corrosiva do trauma consiste em sua capacidade de destruir as narrativas, e as histórias, escritas e faladas, têm um enorme poder terapêutico tanto para o narrador como para o ouvinte. [...] As memórias normais, não traumáticas, são reconhecidas e integradas à história do eu em curso. São, em certo sentido, como animais domesticados tratáveis, passíveis de controle. Em contraste, a memória traumática se mantém à parte, como um cão feroz, rosnando, selvagem e imprevisível.” (Morris, 2015 in Solnit, 2018, locais do Kindle 516-520).

Portanto, contar suas histórias de violências é fundamental para rompê-las e reconstruir novas histórias, além de reconstruir parte de suas subjetividades edificadas no medo e no silêncio.

Considerando as ações promovidas pelos Coletivos, como cine debates, rodas de debate, rodas de conversa, oficinas nas escolas, percebe-se a tentativa de envolver as pessoas quanto aos temas relacionados à violência contra mulheres, à questão de gênero, ao empoderamento de mulheres. Sendo assim, expressamente, os Coletivos possuem como objetivo a conscientização de pessoas para transformar suas realidades e romper com as situações de violência com as quais se deparam.

Mas, ao mesmo tempo, os coletivos proporcionam um espaço onde estabelecem relações fundamentais entre as estudantes. São essas relações que possibilitam a auto-reflexão e a transformação das quais falam as jovens com quem conversei. A vivência de solidariedade e afeto entre as mulheres é importante tanto para as integrantes em seus âmbitos pessoais e quanto para a coesão do Coletivo como um grupo.

Como abordado anteriormente, nas rodas de acolhimento e conversa que frequentei, esses sentimentos de solidariedade e afeto eram perceptíveis e palpáveis. Posso citar, em especial, uma roda de acolhimento de mulheres que ocorreu no Centro de Convivência de Mulheres com o tema “O que é ser mulher militante na UnB” com mulheres de diferentes cursos. Em um espaço onde poucas se conheciam, aconteceram desabafos e relatos das situações de violência que as jovens vivenciaram na Universidade, especialmente, durante a greve de estudantes que ocorria no ano de 2018. Ao meio de falas tristes, uma estudante falou sobre a oportunidade que a militância lhe possibilita de conhecer mulheres tão incríveis, colocando sorrisos nos rostos das jovens. Além disso, uma estudante de Física se emocionou ao relatar a importância desses espaços para ela, que está frequentemente rodeada por homens e enfrenta violências e lutas diárias para ser respeitada no curso.

Assim, mesmo que não se estabeleçam relações duradouras entre as estudantes presentes na roda de conversa, aquele momento foi revigorante e inspirador, sensações importantes para quem é militante.

Nesse sentido, a união de pessoas em um coletivo pode ter como intuito inicial conscientizar pessoas e transformar realidades, mas as relações e afetos construídos são um fim em si mesmos, por fortalecer e transformar as subjetividades das próprias integrantes.

“Feministas sem saber”

Enquanto o Coletivo Afetadas foi criado focando na violência sexual dentro da universidade, o Coletivo Ipê Rosa se responsabiliza por manter a memória de Louise viva no curso. Desde seu surgimento, o Coletivo realiza atos em homenagem à Louise no Centro Acadêmico de Biologia e no Instituto de Biologia. O feminicídio de Louise se torna um instrumento através do qual o Coletivo sensibiliza a comunidade acadêmica e retoma continuamente as discussões acerca da violência contra as mulheres e questões de gênero, especialmente dentro das universidades.

Desta forma, o Coletivo foi fundamental para a politização de estudantes em relação a questões de gênero e da violência contra mulheres. De acordo com Ângela, após a morte de Louise e a criação do Coletivo, sua atuação política, que antes se resumia ao movimento estudantil, se voltou para o movimento de mulheres. Durante esse período, ela participou da ocupação promovida pelas mulheres de diferentes cursos que resultou na fundação do Centro de Convivência de Mulheres. Todas essas experiências despertaram seu ativismo para o movimento de mulheres.

Entretanto, saliento que todas as entrevistadas, tanto do Coletivo Ipê Rosa, quanto do Coletivo Afetadas, disseram possuir desconfortos, insatisfações e demandas feministas antes mesmo de se reconhecerem como feministas. Como abordado no primeiro capítulo, me deparei com momentos em que as estudantes relatavam histórias e experiências de mulheres que não se afirmavam feministas, mas possuíam “características” ou assumiam posturas feministas. Essas posturas e características estão associadas a controlar aspectos da própria vida e superar obstáculos e discriminações geracionais e de gênero.

Assim, essas mulheres não atuam politicamente no movimento feminista, mas são vistas pelas militantes como atorras que operam segundo os discursos e práticas incentivadas nos campos discursivos de ação feministas (Alvarez, 2014), sendo, então, lidas como feministas. Assim, tanto as estudantes em algum momento de suas vidas, quanto essas mulheres são “feministas sem saber” aos olhos das jovens feministas.

É interessante perceber a presença de discursos nos campos feministas que frequentemente assumem que todas as mulheres são feministas. De forma que se o

feminismo garante o bem estar das mulheres e luta pelas mulheres e, em um âmbito geral, se todas as mulheres desejam seu próprio bem estar, todas as mulheres seriam de certo feministas. Assim, para essas estudantes, essas mulheres são feministas mas que não se descobriram feministas ainda devido aos “preconceitos e estereótipos” associados ao feminismo.

De certa forma, graças à multiplicação de discursos feministas e do acesso à produção de conhecimento garantido pelas redes sociais, há inúmeras formas de “se fazer o feminismo” dentro dos campos feministas de ação, no sentido de que todas as pessoas podem se vincular às vertentes ou às demandas de encontro com seu modo de pensar.

No entanto, essas formas e discursos se encontram em constante disputa dentro dos campos feministas. Por exemplo, não é consenso entre as mulheres de ambos os coletivos estudados sua denominação como coletivo de mulheres ou coletivo feminista. Quando perguntadas se são feministas e se consideram o coletivo como um coletivo feminista ou um coletivo de mulheres, a maioria das integrantes assumiu uma postura de não se sobrepor a ninguém.

Todas que responderam se declaravam feministas, mas preferiram adotar a identidade de um coletivo de mulheres, por não conhecerem o posicionamento de todas: “Eu sou feminista, mas não posso dizer que somos um coletivo feminista”. Entretanto, algumas consideram que o ato de denominar o coletivo como feminista é político e necessário, inclusive para disseminação do movimento em diferentes espaços.

Essa situação demonstra a importância do respeito às individualidades nos movimentos feministas, característica comum às práticas feministas contemporâneas, que valorizam os discursos e vivências específicas dos diferentes grupos de mulheres.

Conceitos e categorias dos campos discursivos de ação feminista

Interseccionalidade

Como abordado anteriormente, em um contexto de “sidestreaming” de ideias e práticas feministas, descrito por Alvarez (2014) como uma multiplicação de feminismos populares na cidade e no campo e a popularização do feminismo em espaços específicos, os coletivos de mulheres na universidade se multiplicam. São caracterizados por uma organização informal e horizontal, compostos por jovens estudantes, assim, a questão intergeracional não interfere diretamente na elaboração e execução de ações.

No entanto, eles apresentam a dinamicidade e rapidez proporcionada pelas tecnologias da informação e manifestam discursos de respeito às pluralidades e às diferenças, tão comuns nos campos de ação feministas contemporâneos.

Essa característica foi abordada por Pinto (2003), ao se referir ao feminismo difuso, caracterizado pela segmentação das lutas e Zanetti (2011), ao tratar do novo momento do feminismo, que mantém um constante contato com outras lutas. Gonçalves et al (2013) apresenta a importância da perspectiva social para o novo feminismo: a compreensão de que categorias estruturais, como classe, raça, idade, sexualidade, determinam a vivência das pessoas e, portanto, diferenciariam e enriqueceriam o movimento feminista para além da questão de gênero. Ferreira (2015) utiliza o termo feminismo interseccional para denominar essa terceira fase, no qual a participação de militantes feministas em várias lutas e através de diferentes vivências é essencial para a articulação de experiências e pautas.

Conforme Ribeiro et al (2018, p. 84) ,“o conceito de interseccionalidade foi cunhado inicialmente por Kimberlé Crenshaw (1989) e refere-se à noção de que ‘gênero e raça’ atuam de forma articulada na produção de desigualdades e hierarquias”. Demonstrando assim que as mulheres negras sofrem duplamente em uma sociedade marcada pela discriminação de gênero e de raça.

Entretanto, o conceito foi reapropriado por militantes dos direitos humanos, os quais acrescentaram outras categorias à produção de desigualdade e à formação de uma militância política engajada entre diferentes movimentos sociais. Desta forma, nos campos de ação feministas, são frequentes os discursos se referindo à necessidade de se integrar às lutas de todas as minorias sociais, de se interseccionar as categorias.

Em uma conversa no grupo de WhatsApp, uma das estudantes informou acreditar que todas as mulheres são feministas, demonstrando o processo de inclusão de mulheres aos campos de ação feminista. No entanto, uma outra estudantes disse não considerar todas as mulheres feministas, pois há, por exemplo, mulheres racistas e “é incabível considerar uma mulher racista como feminista”. Assim, é “dever” de toda feminista ser contra todas as formas de discriminação de minorias sociais.

Inclusive, o próprio movimento feminista se torna a “porta de entrada” para o entendimento acerca de outras lutas políticas. Uma de minhas entrevistadas relatou como sua entrada no Coletivo foi fundamental para sua compreensão dos processos e as relações de exploração e dominação que vão além do discurso feminista, identificou as relações raciais e de classe de uma forma diferente.

Assim como a ONG SOS Mulher de Heloisa Pontes (1986), os Coletivos se apresentam também como espaços tanto de prática e atuação dos movimentos feministas, quanto um local de transformação das mulheres ao repertório cultural, existencial e comportamental das ideias e práticas que circulam os campos de ação feminista (Alvarez, 2014), o que Pontes (1986) chama de *pedagogia do feminismo*. Entretanto, essas mulheres precisam apresentar ideais e comportamentos similares aos feministas para se aproximarem voluntariamente e permanecerem dentro desses espaços. Não se trata de um processo completamente passivo, mas há a agência constante dessas mulheres.

Além disso, tem crescido o reconhecimento da rigidez da “identidade” e a tentativa de torná-la mais dinâmica ao assumir várias identidades que deem conta da pluralidade e da diversidade das subjetividades dos indivíduos. Assim, multiplicam-se coletivos e grupos de mulheres negras feministas, de mulheres feministas com deficiência, de mulheres feministas lésbicas, de mulheres indígenas. A antiga preocupação com a divisão do movimento deu lugar para o incentivo e a necessidade de segmentar e interseccionar a luta nos principais discursos dos campos de ação.

Percebe-se, então, tentativa de visibilizar e fortalecer os discursos de mulheres que fazem parte de grupos sociais caracterizados por intersecções de raça, classe, orientação sexual, gênero. Essa prática mais comum atualmente resulta de críticas advindas, especialmente, de mulheres negras ao longo dos últimos séculos. Essas críticas apontavam o dilema do movimento feminista de universalizar a categoria mulher. Ribeiro (2018) demonstra, através de Collins, Kilomba e Gonzales, como o feminismo, um movimento que se declarava por todas as mulheres, não atendia as demandas de mulheres negras e muito menos as representava.

Assim, a partir da crítica de intelectuais negras, multiplicaram-se os discursos que buscavam a desnaturalização da categoria mulher e a pluralização da categoria, inclusive mudando o termo para mulheres. Me deparei com essa preocupação com o termo durante a organização da Semana da Mulher, no início do primeiro semestre de 2018, na Universidade de Brasília. Uma das organizadoras lamentou o uso da palavra Mulher no lugar de Mulheres.

Em relação a essa categoria, é interessante refletir acerca do porquê um coletivo somente de mulheres. A partir das conversas com estudantes e espaços que frequentei, as estudantes baseiam suas ações e intervenções na ideia de que mulheres são um grupo socialmente oprimido por violências em comum, ou seja, as mulheres partilham de opressões específicas. Mas, ao mesmo tempo, elas compreendem as diferenças nas violências e opressões causadas pelas intersecções de raça, classe, orientação sexual, entre outras. Deste modo, a maioria das ações são voltadas para mulheres universitárias, que partilham um lugar social no qual as violências ocorrem dentro do espaço acadêmico, mas esse recorte é proposital e reconhecido pelas estudantes.

O Centro de Convivência de Mulheres buscou reunir mulheres jovens militantes e universitárias durante a roda de conversa sobre “Ser Mulher militante na UnB”. Porém, durante essa roda, pontuaram a necessidade de tornar o espaço convidativo para as mulheres terceirizadas, de forma a mostrar que também podem frequentar aquele espaço e aprofundar a comunicação entre estudantes e terceirizadas, criando uma agenda com demandas que atendam ambos os grupos.

Já o Coletivo Ipê Rosa promove ações que focam nas e nos estudantes de Biologia, como a recepção de calouras, o “patrulhamento” durante festas, as rodas de

conversas. O Coletivo Afetadas trabalha com gerações diferentes de homens e mulheres e busca adaptar suas oficinas com base nessas diferenças.

Empoderamento

Empoderamento é um termo que se generalizou nas últimas décadas e, no caso dos campos de ação feministas, tem seu significado relacionado às experiências práticas de mulheres na militância. Segundo Leon (2000), as palavras empoderamento e empoderar-se parecem explicar a si mesmas, expressando o significado de pessoas que adquirem o controle de suas vidas, passam a possuir a habilidade de fazer coisas e definir suas próprias agendas. No entanto, a disseminação do conceito na sociedade civil, especialmente através das tecnologias da informação, proporcionou a apropriação do mesmo por diversas pessoas, cada uma atribuindo significados de acordo com suas práticas e vivências. Portanto, não surpreende as ambivalências e contradições encontradas no uso deste conceito por militantes feministas.

Assim, nos espaços que frequentei, não há o questionamento acerca do significado deste conceito. É sempre utilizado como algo dado, como já explicado, porque todas possuem e compartilham os significados deste conceito. Mas, ao questionar esse significado, poucas souberam definir exatamente o que é empoderamento. As definições foram várias, envolvendo palavras tais como força, sentimento, sensação, conhecimento, experiência, superação. Trata-se de um processo individual, mas compartilhado. É linear, como “a soma de forças e de ferramentas”, mas também dinâmico, como um estado, no qual você pode entrar e sair de um evento “empoderado”. Em alguns discursos, falam em empoderar os outros e provocar o empoderamento, mas, ao mesmo tempo, não é possível o empoderamento do outro.

Nesses espaços, há sempre um destaque à promoção de união entre mulheres tanto para compartilharem afeto, amor e carinho quanto para se fortalecerem na luta. Algumas reuniões das quais participei se tornavam um momento de conversa informal e desabafos.. Nesses momentos, a escuta e a compreensão são elementos fundamentais para essas mulheres.

Por exemplo, o encontro no Centro de Convivência de Mulheres, com a temática “Ser mulher militante na UnB”, cuja proposta inicial era debater acerca de suas vivências como feminista militante na universidade e compartilhar estratégias de proteção e resistência, se tornou um espaço de desabafo e cuidado. Uma situação que pode ser vista como improdutiva, pois, não houve formulação de estratégias e ações, de fato. Entretanto, desperta nas participantes e, me incluo nesse grupo, uma sensação de companheirismo e solidariedade imensa, um conforto a partir do entendimento de que não está sozinha.

Durante a roda de conversa de coletivos citada anteriormente, muitas reconhecem nos coletivos que frequentam uma fonte de força e empoderamento. As integrantes do Jovem de Expressão, que promove oficinas com jovens no intuito de diminuir a violência nessa faixa etária, afirmam que é um espaço de troca de vivências através do qual as jovens criam mecanismos de defesa contra os abusos que sofrem na família e em relacionamentos íntimos.

Em consequência, as próprias profissionais se fortalecem, se sentem mais poderosas no sentido de “eu posso fazer o que eu quiser sim, e ninguém deve me impedir de fazer nada”, além de se “desconstruírem” cada vez mais, visto que “a gente tem os nossos [machismos]”. Uma fala que resume um dos sentimentos de pertencimento a um coletivo: “tem fortalecimento de todos os lados. A gente tenta ao máximo empoderar. Não que a gente vai empoderar alguém, as pessoas se empoderam. [...] A gente consegue se levantar através das vivências. Então, é isso. As trocas são de todos os lados e a gente cresce mutuamente todos os dias lá dentro”.

As reflexões acerca deste conceito promovidas dentro dos campos de ação feministas contemporâneos rejeitam sua definição como a transferência de poder entre pessoas a ponto de se inverter os polos de opressão (Berth, 2018). Berth aborda os processos de empoderamento, que

“embora possam receber estímulos externos diversos da academia, das artes, da política, da psicologia, das vivências cotidianas e etc., é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista” (Berth, 2018, locais do Kindle 120-123).

Acrescento que, além de estímulos externos, as trocas de vivências, experiências e cuidado são essenciais para esse empoderamento contínuo; apesar do processo de

subjetivação e (re)construção de si que envolve a tomada de consciência, o despertar e potencialidade e a ressignificação das próprias experiências ser único e individual.

Assim, estar em união é fundamental para esse empoderamento e fortalecimento, como afirma uma das mulheres na roda de conversa entre coletivos:

“A nossa resistência, o nosso fortalecimento é através da rede [de mulheres], através, exatamente, dessa ligação que nós fazemos entre nós, a rede nos sustenta, é tudo que nós temos [...] a rede é uma bolha? Então, agora é bolha mesmo, a gente tem que ficar na nossa bolhinha para gente conseguir ficar de pé porque o negócio está foda, está forte. As pessoas estão ficando cansadas, está todo mundo abatido”.

A partir desta reflexão, é interessante comentar a necessidade da motivação e da automotivação na militância. Ao mesmo tempo em que a militância pode ser energizante, por te manter em contato com diferentes pessoas e formas de existir no mundo, como a Ana ao perceber ter “participado de várias atividades e conhecido tantas mulheres maravilhosas nos semestres que entrou para o Coletivo”; a militância também pode desgastar e adoecer. Uma de minhas entrevistadas declarou que “a gente adocece na militância, porque a gente vê coisas que não imaginávamos ser tão ruim assim. Que há casos e pessoas que são extremamente intolerantes, até chega a ser algo maldoso. Isso te adocece.” Portanto, é comum e respeitada a alternância na participação das integrantes de Coletivos:

“tem pessoas que são mais atuantes e outras menos, mas assim como qualquer atuação na vida, envolve muito desgaste. E nem sempre você tem tanto retorno, quanto disposição. Mas aí cada uma tem seu tempo de voltar. Eu tenho isso de ‘quando eu gastar toda minha energia por agora, não me cobre nada, não fala comigo, me dê meu tempo’. Mas aí entra o empoderamento pra te puxar de volta, entra a sororidade das meninas para te puxarem de volta. É um processo individual e do outro [coletivo], nenhum funciona sozinho. Pra mim, as duas coisas juntas fazem você levantar, é você dentro de si mesma se reconciliar, se reenergizar e as pessoas ao redor te puxarem” (Gaia).

Considerações finais

Acompanhando os dois coletivos de mulheres de dois cursos diferentes, é perceptível que cada coletivo possui um perfil próprio que varia ao longo de sua história dependendo do grupo que o compõe e seu contexto e surgimento. Entretanto, foram identificadas algumas questões específicas a esses grupos, as quais trabalhei ao longo deste trabalho.

Os coletivos se tornam, além de um meio através do qual as integrantes realizam e materializam seu ativismo, um espaço de autocuidado e trocas, muitas vezes, exclusivos para mulheres. Assim, se tornam locais de disseminação da pedagogia do feminismo, onde as mulheres apreendem e praticam um repertório cultural, existencial e comportamental de ideias que circulam nos campos discursivos de ação feminista. Entretanto, longe de serem mulheres estranhas a essas práticas, muitas identificam em sua trajetória determinado repertório cultural e comportamental características e atitudes que se relacionam ao feminista. Logo, é possível que algumas mulheres sejam identificadas como “feministas sem saber”, como as versões adolescentes dessas jovens.

Os coletivos também articulam ações voltadas especialmente para a proteção de estudantes mulheres e para transformação da cultura e das práticas da Universidade (composta tanto pela Instituição quanto pelas pessoas que a frequentam). Deste modo, além de disseminar a pedagogia do feminismo internamente, os coletivos buscam divulgar esse repertório cultural, existencial e comportamental com outras pessoas no espaço Universitário, no intuito de provocar mudanças a longo prazo nas práticas e cultura da Universidade. Os eventos e rodas de conversa promovidos na Universidade, como a “recepção de calourxs”, a Semana da Diversidade e os cinedebates, são exemplos dessas ações.

Para muitas ativistas, o movimento feminista deve se relacionar com outros movimentos sociais e ser solidário e consciente das causas e demandas de outros grupos sociais minoritários. Inclusive, porque, muitas mulheres participam ativamente de outros movimentos sociais, como mulheres lésbicas, que fazem parte tanto do movimento feminista como do LGBT; ou mulheres negras, que atuam tanto no movimento feminista quanto no movimento negro. O surgimento de diferentes feminismos como o feminismo negro, o feminismo interseccional, o transfeminismo,

etc, também é resultado de uma segmentação de lutas: a compreensão de que categorias estruturais como classe, raça, idade, sexualidade, entre outras, determinam a vivência das mulheres e, portanto diferenciam e enriquecem o movimento feminista para além da questão de gênero. Essa segmentação se deu a partir de críticas às manifestações do movimento feminista¹³ no século XIX e XX vindas, em especial, de mulheres negras.

Além disso, percebi a importância de se ter solidariedade a outras lutas sociais para o reconhecimento de uma mulher como feminista. Trata-se de um discurso comum entre ativistas mais jovens, cujas trajetórias no movimento feminista tiveram contato com as críticas ao “movimento feminista inicial” desde cedo, graças à difusão das críticas por meio da internet.

A atitude “faça você mesma” dos jovens de movimentos sociais é perceptível nas ações desenvolvidas pelos grupos. Os Coletivos assumem papéis que, segundo elas, deveriam ser das instituições. Quando o Centro de Convivência de Mulheres buscava criar um protocolo de atendimento às vítimas de violência sexual para a Universidade de Brasília, ou o Coletivo Afetadas desenvolve um projeto sobre gênero e violência contra mulheres nas Escolas e na Universidade. Assim, ao invés de somente demandar ou esperar, as estudantes tomam o papel para si.

A indignação também é fundamental para constituição desses grupos, assim, situações inquietantes estão no cerne do surgimento dos coletivos. Essas situações podem ser impactantes como um caso de feminicídio, que originou o Coletivo Ipê Rosa, ou de violência sexual contra estudantes, que gerou o Coletivo Afetadas; assim como podem ser situações cotidianas que se tornam uma crescente fonte de indignação, como é o caso das MARIAS, cujas poucas pesquisas na área de gênero influenciaram as estudantes a formarem o grupo de estudos.

Nesses espaços, conforme muitas colegas apontaram, a atuação política que realizam proporciona a muitas delas a “construção de suas próprias vozes” e o fortalecimento de si como indivíduos. Ao mesmo tempo, se constituem como espaços de trocas fundamentais para esse fortalecimento. Assim, o compartilhamento de experiências dentro do coletivo fornece às estudantes conhecimentos e instrumentos

¹³ Importante salientar que esse feminismo que envolvia a luta por direitos políticos na década de 20, apesar de divulgado como único, não englobava todas os movimentos de mulheres daquele período, conforme apresentei neste trabalho.

para reinterpretarem suas próprias experiências, estabelecendo novas relações com as pessoas de sua vida. Para algumas, como as estudantes da Biologia, o coletivo possibilitou perceber que situações e violências que sofrem não se tratam de casos isolados, mas parte de violências estruturais que atingem as mulheres da sociedade brasileira. Assim, o coletivo se torna “um espaço em que mulheres que se sentiam completamente desacreditadas passam a ser cientes de seu potencial e conhecimento”.

Com isso, não quero dizer que é um ambiente sem conflito e desacordos. Pelo contrário, por serem componentes dos campos discursivos de ação feminista, os coletivos são permeados de diferentes vertentes e demandas que essas mulheres assumem e que influenciam nas discussões e decisões, podendo causar rupturas e transformações. Entretanto, os conflitos não impedem a formação desses momentos de compartilhamento, sendo esse incentivo ao respeito, ao afeto e às trocas de experiências específico de movimentos sociais, em especial, o movimento feminista.

Por último, trabalhei dois conceitos importantes, na tentativa de apreender um pouco dos discursos que circulam nos campos discursivos de ação feminista. A interseccionalidade que está relacionada com a postura de segmentação de lutas que o movimento feminista apresenta, como uma tentativa de flexibilizar a identidade da categoria mulheres. Reconhecendo as fragilidades de uma categoria rígida, as mulheres feministas buscam, então, pluralizar essa categoria a partir da intersecção das categorias estruturais das quais falei acima. Já o empoderamento se refere a um processo do qual muitas mulheres falam, mas poucas definem de fato. Mas, trata-se de um processo individual, mas que depende também do coletivo para se realizar. Assim, os coletivos são inclusive espaços de empoderamento, no sentido que proporcionam às mulheres novas possibilidades de reinterpretarem suas experiências e de fortalecerem suas subjetividades por meio das relações que elas estabelecem entre si. Há diversos outros conceitos que circulam esses espaços, como sororidade, lugar de fala, gênero, e que podem servir como objetos de estudo a outros estudos.

Por meio deste trabalho, realizei uma etnografia com dois coletivos de mulheres dos cursos de Ciências Sociais e de Ciências Biológicas. Identifiquei as ações, estruturas, características e contexto de surgimento de cada grupo, além de analisar a importância das relações estabelecidas entre as integrantes. Não pude abarcar de forma profunda todas as questões que esse tema provoca, como as formas de sustentação e

coesão desses grupos ou qual a relação e comparação entre os coletivos de mulheres e outros coletivos de movimentos sociais diversos, além de analisar outros discursos e conceitos que circulam nesses grupos – por exemplo, como as estudantes se apropriam do conceito de gênero em suas falas. Quanto à minha pesquisa, espero ter contribuído para maior compreensão das recentes estratégias de atuação de mulheres feministas dentro do espaço universitário e no contexto dos movimentos sociais.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo De Estudos Pagu/Unicamp, n. 43, p. 13-56, Jan./Jun., 2014.

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo saiu do armário!: a luta contra a ideologia de gênero do movimento escola sem partido. **Revista Ártemis**, Universidade Federal da Paraíba, v. XXII, n. 1, p. 32-42, jul. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15668/1807-8214/artemis.v22n1p32-42>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BERTH, Joice. O que é empoderamento? 1 ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018. 112 p.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., (Orgs). Sociedade política no Brasil pós-61. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 313-350, 2008.

CAMPANA, Maximiliano; Miskolci, Richard. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Universidade de Brasília. Sociedade e Estado, vol. 32, núm. 3, set.-dez., 2017, pp. 725-747. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3399/339954301008.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CAMPOS, A.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna.)

CAMPOS, Carmen H. Feminicídios no Brasil: uma análise crítico-feminista. Sistema Penal & Violência, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-115, jun. 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67. Jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200010>. Acesso em: 27 jul 2018.

_____. A Trajetória dos Movimentos Sociais. In: DAGNINO, E. (org.), Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, pp. 81-90, 1994.

COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Estado e Sociedade**, v. 31, n.1, pp. 99 -127, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, n. 16, pp.13-30, 2001.

DIV. Diretoria da Diversidade. Disponível em:<
http://www.div.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=462&Itemid=395>.
Acesso em: 20 de junho de 2018.

ESCOLAS em luta. Direção: Rodrigo Marques, Eduardo Consonni, Tiago Tambelli. [S.I]: Complô, Lente Viva Filmes e Encouraçado Filmes, 2017.

FERREIRA, Carolina B. De C.. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 44, p. 199-228, jan./jun. 2015.

Frigotto, Gaudêncio(Org.). Escola ‘sem’ partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP, Uerj, 2017. 144p.

GOHN, Maria Da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jun./jun. 2000.

_____. História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, p. 217, 2003.

_____. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da américa latina. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 79-103, set./dez. 2014.

GONÇALVES, Eline; FREITAS, Fátima R. A. De; OLIVEIRA, Elismênia A.. Das idades transitórias: as "jovens" no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, jan. set./dez. 2013.

GONZALEZ, Lélia. Por un feminismo afrolatinoamericano. In: Isis International, vol. IX, p. 133-141, Jun. 1988.

INSTITUTO Patrícia Galvão. Dossiê sobre Violência contra as mulheres - Feminicídio. 2015. Disponível em: <<http://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

JACOBI, Pedro Roberto. Movimentos sociais urbanos no Brasil. **Revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 221-236, 1980.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 191-206, 2000.

MATUOKA, Ingrid. Por que o Escola Sem Partido vai contra o papel da Escola? Centro de Referência em Educação Integral. 2018. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contr-o-papel-da-escola/>>. Acesso em: 17 de ago. 2018.

NUNES, M. Movimentos sociais urbanos como objeto de estudo. **Anuário Antropológico**, v. 2, n. 1, p. 301-313, 1978.

OLIVEIRA, Andrea C. Movimentos Sociais Urbanos: um breve histórico. **Cadernos de Campo** (UNESP), Araraquara - São Paulo, v. 1, n.6, p. 9-25, 1999.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, p. 156-177, nov. 2007. Disponível em: <<https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/358/332>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

PINTO, Céli Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção História do Povo Brasileiro)

PONTES, Heloisa André. Do palco aos bastidores: o SOS Mulher e as práticas feministas contemporâneas. 1986. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

PRAGMATISMO, Político. Jovem assediada por professor de direito da UnB comete suicídio. 2016. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/jovem-assediada-professor-direito-unb-comete-suicidio.html>>. Acesso em: 05 set. 2018.

REAL, Danielly da Costa V. Primavera secundarista: Engajamento Estudantil nas Ocupações de Vitória – ES em 2016. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Espírito Santo, Vitória, ES.

RIBEIRO, Letícia; O'DWYER, Brena; HEILBORN, Maria Luiza. Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: O caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto alegre, v. 18, n. 1, p. 83-99, jan. 2012.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? 1 ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018. 90 p. (Coleção Feminismos Plurais)

SANTOS, Sônia B. dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, j./jul. 2018.

SARTI, Cynthia A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos feministas**, Santa Catarina, v. 12, n. 2, p. 35-50, mai./ago. 2004. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/43596613>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SILVA, Tauana O. G.; FERREIRA, Gleidiane De S. E as mulheres negras? narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, set./dez. 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000301017&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2018

SIMIÃO, Daniel S. Sensibilidades jurídicas e respeito às diferenças: cultura, controle e negociação de sentidos em práticas judiciais no Brasil e em Timor-Leste. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 237-260, 2014. Disponível em: < http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202013_II/Sensibilidades%20juridicas%20e%20respeito%20as%20diferencas.pdf>. Acesso em: 27 jul 2018.

SOLNIT, Rebecca. A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Edição do Kindle.

ZANETTI, Julia P. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 36, p. 47-75, jan./jun. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. Jovens Feministas: um estudo sobre a participação juvenil no Feminismo. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008.